

Journal de

# CRIF São Paulo

ANO 17  
EDIÇÃO ESPECIAL  
NÚMEROS 115/116  
MARÇO/JUNHO DE 1999

# EU DIGO NÃO AO NÃO

Caetano Veloso, em  
"É Proibido Proibir", 1968

## O homem que matou Winnicott

Um dos psicanalista brasileiros mais influenciados pelo inglês Winnicott, Gilberto Safra admite que decidiu matá-lo há alguns anos – teoricamente, claro – para preservar seu espírito: "Dos autores que conheço, ele é o que desejeu ser morto, pois tinha uma profunda noção da importância da morte na continuidade da vida". Projeto Diálogos, págs. 4, 5 e 6.

## Novos rumos para Recursos Humanos

A psicologia voltada para RH, que tradicionalmente se dedica à seleção de pessoal, vive uma crise de identidade. Com a evolução dos métodos de seleção, os testes psicológicos encontram menos aplicação, reduzindo o campo para psicólogos nas empresas. Na busca por novos espaços, uma área identificada é Treinamento e Desenvolvimento. Págs. 17 e 18.

O tema central desta edição é o preconceito. Em 23 de março, o CFP editou a Resolução 01/99, estabelecendo como aética e preconceituosa a abordagem da homossexualidade como doença. O preconceito é a origem e a justificativa de toda forma de discriminação e injustiça social cometida em nossa sociedade não apenas contra homossexuais, mas também contra deficientes físicos, mulheres, etnias judaicas, negras, orientais e outras. Págs. de 7 a 15.

# Intolerância: só à desigualdade

O agravamento da situação econômico-financeira em todo o mundo tem trazido, a reboque, uma outra preocupante tendência: o acirramento da intolerância com o diferente. Guerras e perseguições às minorias têm marcado essa intolerância, em vários países. As diferenças são tratadas como ameaçadoras a uma ordem estabelecida e, portanto, objeto de uma reação de proteção. A dificuldade de conviver com a diferença, que leva à criação de inúmeras formas de segregá-la, torna nossa sociedade cada vez mais fragmentada: a tônica é a exclusão, a estratégia é o isolamento dos diferentes em "grupos especiais". Assim se lida com a homossexualidade, com os portadores do vírus da Aids ou de deficiência física, com a crianças com dificuldades para se inserir na escola...

E se na sociedade essa tônica predomina, os profissionais em geral – e particularmente nós, psicólogos, que trabalhamos com a subjetividade – corremos o risco de legitimar essa prática de exclusão com um discurso patologizador das diferenças.

Apesar disso, temos assistido em vários lugares ao psicólogo participando ati-

vamente da construção de uma prática claramente inclusiva, que busca respeitar e valorizar as diferenças, ajudando a quebrar uma tradição de preconceitos e medos. A realização de eventos diversos, como a semana em comemoração ao 18 de maio, Dia Nacional da Luta Antimanicomial, em 11 regiões do Estado, envolvendo milhares de pessoas, é um exemplo marcante disso. Neste número do Jornal do CRP-SP queremos discutir essas questões, trazê-las para o centro de nossa reflexão. Assim, ressaltamos a importante Resolução nº 01/99, de 23/3/99, do CFP, que normatiza a relação do psicólogo frente às diferentes situações de escolha sexual, deixando absolutamente clara a posição de que essas não são doenças e, portanto, não cabe tratá-las.

Trazemos ainda uma discussão renovada sobre a área de Recursos Humanos, que procura problematizar a empresa como espaço de construção da cidadania, e colocamos em questão os rumos da assistência ao menor abandonado, outra chaga aberta em nossa sociedade.

Enfim, estando às portas do terceiro milênio, é urgente que cada vez mais, em

coro, reacendamos o sonho de uma sociedade mais solidária, permeada por relações de respeito à diversidade, na qual a única diferença não tolerável, a ser atacada e superada, deve ser a da desigualdade, que elege alguns poucos para a vida e remete uma grande maioria a uma existência sem dignidade. Acreditamos que a mobilização para se refletir sobre os procedimentos da profissão, aliada à criação de espaços de aglutinação do psicólogo, avançando na construção de estratégias e fazendo surgir novas indagações, são essenciais para que esse nosso sonho vá se concretizando, se solidificando.

Novamente, reiteramos o nosso convite para que, se você ainda não se envolveu diretamente nesse espaço coletivo, venha-se somar a nós. Leia o jornal e veja com qual iniciativa você se identifica mais; venha propor novos campos de atuação. Participe do processo de renovação do Conselho, ajudando-nos a cuidar da profissão.

Um abraço,

Lumêna Almeida Castro Furtado  
Conselheira presidente

## Cartas

• Recebi e li com muito interesse o Jornal do CRP nº 114, o qual achei excelente. As reportagens e a entrevista com Içami Tiba merecem nota máxima. Ana Mercês B. Bock, sempre brilhante, em sua Opinião, descreve maravilhosamente a situação pela qual vem passando nossa profissão. Que tal se o CRP-06 encontrar mecanismos para atendimento gratuito (psicoterápico) aos profissionais da classe portadores de HIV? Creio ser um grande passo a ser dado pela atual diretoria.

Antônio Fernando A. Casseb,  
CRP-06/40.416-2 (por e-mail)

*A atual gestão do CRP-SP identifica-se inteiramente com sua preocupação em apoiar os portadores do vírus HIV. Tanto é que, nesta edição, abordamos o problema do preconceito que pesa sobre essas pessoas, duplamente vítimas por portarem uma infecção de tratamento complexo e por serem alvo de um mal social igualmente terrível: o preconceito. Aproveitamos sua carta, contudo, para esclarecer que conselhos profissionais são entidades normativas, orientadoras e fiscalizadoras do exercício profissional. Não têm atribuição legal para empreender atividades de caráter assistencial como a que você propõe, pertinentes a entidades associativas e sindicais.*

• Psicóloga Noeliza Lima  
Li vosso artigo "Movimento de Mulheres: Um Ponto de Vista Psicológico" e, embora sendo advogado atuante, gostaria de ousar tecer comentários. 1) A mulher efetivamente não é complemento do homem, pois até biblicamente foi denominada companheira, portanto igual e livre... Ainda que relativa, essa liberdade não sugere responsabilidade? A psicologia aspira modificar o inato envolvimento no jogo do

poder? 2) Rilke falou isso mesmo? Se falou o disse absurdamente... Vossa proposição do ser humano armar-se (oposição) contra o outro, onde terá limites ou será o fim? As expressões utilizadas falam muito em lutas... Estamos em guerra? 3) O exemplo de Maria é eloquente: (em dúvida) ela vai ao grupo Maravida; ele (o marido) sai com os amigos... Os filhos reclamam (sentindo a ausência, obviamente). Essa dupla irresponsabilidade será aconselhável ao casal e aos filhos? Não se estará alargando o rio que os separa do entendimento? (...)

Carlos Augusto Pereira, Santos

*Agradeço seu interesse pelo meu artigo. As questões que levanto a respeito da liberação feminina são as mesmas de muitas pessoas que a consideram um "modismo" dos novos tempos. Não vejo nelas algo que tenha a ver com o meu artigo, que não teve por objetivo levantar polêmicas: é simplesmente resultado de uma pesquisa que venho fazendo, com o objetivo de entender a importância individual e social do Movimento de Cidadania efetuado por mulheres. Penso que o senhor, por meio de várias questões, deixou claro que considera a emancipação da mulher uma fuga aos seus afazeres enquanto esposa e mãe. Entendo sua preocupação. Em meus estudos, contudo, tenho verificado que tais mulheres se tornam pessoas melhores na medida em que, definindo sua forma de ser no mundo, integram um ego saudável que as auxilia na convivência com a família e a sociedade. A proposta dos movimentos em defesa dos direitos das mulheres é integrá-las na sociedade como cidadãs, ensinando-as a se defenderem e a defender tudo aquilo que consideram justo, levando-as ao encontro de valores, e não afastando-as deles.*

Noeliza B. S. Lima

• Gostaria de parabenizá-los pela excelente publicação do jornal. Gostaria de aproveitar a oportunidade para me informar sobre a revista que será lançada: como fazer para colaborar com artigos?

Claudia Stella,  
São Paulo (por e-mail)

*Aproveitamos a oportunidade para responder aos demais leitores que manifestaram o mesmo interesse. A revista do Conselho ainda não tem previsão de lançamento, mas já está sendo planejada. Uma comissão editorial se encarregará de selecionar os trabalhos a serem publicados, baseada em critérios que divulgaremos oportunamente neste jornal e no site do Conselho. Aguardem.*

• Existem em São Paulo entidades que acompanham a qualidade dos cursos de Psicologia? Os senhores sabem como posso ter acesso a esses rankings?

Maria Inês Nassif,  
São Paulo (por e-mail)

*Há uma avaliação dos programas de pós-graduação realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Capes, cuja home page é [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br). Uma avaliação menos rigorosa é feita anualmente pela revista Playboy. Como já informamos anteriormente, está sendo constituída uma entidade tendo por objetivo discutir e acompanhar o ensino de Psicologia no Brasil. Trata-se da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, Abep, em fase de definição final dos seus estatutos. Na próxima edição, estaremos oferecendo mais detalhes sobre o assunto.*

## Expediente

Jornal do  
**CRP** São Paulo

### SEDE CRP-SÃO PAULO

Rua Borges Lagoa, 74 - Vila Mariana  
04038-004 - São Paulo - SP  
telefone: (011) 574-7133  
fax: (011) 575-0857

### E-mails

Informações – [info@crpsp.org.br](mailto:info@crpsp.org.br)  
Centro de Orientação – [orientacao@crpsp.org.br](mailto:orientacao@crpsp.org.br)  
Administração – [admin@crpsp.org.br](mailto:admin@crpsp.org.br)  
Jornal do CRP-São Paulo – [jornal@crpsp.org.br](mailto:jornal@crpsp.org.br)

### Home page

<http://crpsp.org.br>  
ou <http://www.crpsp.org.br>

### Comissão de Comunicação

Odair Furtado  
Vania Conselheiro Sequeira  
Inez Guimarães Pistelli  
Rafaela Cocchiola  
Elizabeth Arouca  
Kátia Rúbio  
Elisa Sayeg

### Jornalista Responsável

Luís André do Prado (MTb 2212)

### Revisão

João Hélio de Moraes

### Fotos

Márcia Zoet – Agência Argos  
Agência Angular

### Ilustrações

Gilberto Tomé

### Diagramação e Editoração Eletrônica

Digital Artes (011) 3105-6098

### Impressão

Bangraf

### Tiragem

40.000 exemplares

### Periodicidade

Bimestral

### Conselho Regional de Psicologia

#### Diretoria

E-mail [direcao@crpsp.org.br](mailto:direcao@crpsp.org.br)  
Presidente Lumêna Almeida Castro Furtado  
Vice-Presidente Odair Furtado  
Secretário Alexandre Nicolau Luccas  
Tesoureiro Rogério Izidro Duran

#### Conselheiros Efetivos

André Isnard Leonardi, Bronia Liebesny, Carmem Sílvia Taverna, Kátia Rúbio, Leliane Glosce Moreira, Odette de Godoy Pinheiro, Paulo Roberto de Camargo, Rachel Contrucci Alvim, Sandra Maria Sawaya, Vania Conselheiro Sequeira e Wanda Maria Junqueira Neves.

#### Conselheiros Suplentes

Ana Stella Álvares Cruz, Adalberto Botarrelli, Carla Bertuol, Edinilton Santa Rosa, Elisa Sayeg, Inez Guimarães Pistelli, José Siqueira de Britto Lyra, Márcia Cabral Meireles, Maria Regina Namura, Mariângela Aoki, Milton Baldo, Rafaela Cocchiola, Sérgio Ozella, Sueli Pereira Pinto e Valéria Pereira.

Obs: As cartas enviadas poderão ser resumidas devido à falta de espaço para publicação integral.

# Preconceito na clínica, clínica do preconceito

**A**s ideologias sociais, conjunto de crenças que norteiam as práticas sociais, são necessárias às referências identificatórias dos sujeitos na cultura. Somos seres conceituais. Essa é a nossa natureza. A subjetividade é uma subversão da ordem natural. O símbolo subverte a ordem natural, jogando definitivamente o filhote humano na direção da realidade simbólica da qual ele depende para sobreviver. As funções fisiológicas são submetidas à ordem erógena (representações), perdendo a possibilidade do acesso aos objetos da necessidade, senão através da ordem do desejo. Essa dependência da ordem fisiológica na ordem erógena coloca o “pré-conceito” como elemento básico e necessário ao nosso ser. O primeiro conceito na filogenese é o conceito de pai, de lei, ou “pai dos conceitos”; conceito que dá fim à horda primitiva; estado pré-histórico, de funcionamento automático e objetivo movido a imperativos categóricos.

O fim da horda primitiva inaugura essa nova ordem – ordem subjetiva, posicionando o homem nessa total dependência do símbolo. A repetição de sistemas de crenças (organizações conceituais) é necessária à construção identificatória dos sujeitos. Chamamos de contrato narcisista essa firme parceria que se estabelece entre cada sujeito e sua cultura. A cultura lhe oferece um lugar identificatório razoavelmente garantido, e o sujeito a perpetua, garantindo a veracidade de seus enunciados ao tomá-los como próprios.

Quanto mais mobilidade nesses enunciados, mais ameaças para a identidade dos sujeitos. Numa cultura em constante mudança e evolução, as injunções ideológicas que organizam os enunciados identificatórios dos seus componentes se fragilizam, gerando paradoxalmente a necessidade de certezas, facilitando a produção do totalitarismo: o discurso da certeza, do universal, da garantia de verdade através do fanatismo. Os sistemas conceituais se tornam aqui mais repetitivos, menos criativos e originais, as diferenças e as novidades são então ameaçadoras para a garantia de verdade que esses sistemas sustentam.

O discurso da ciência não está a salvo dessas vicissitudes. O “cientificamente comprovado” é uma versão moderna e pragmática dos fanatismos to-

talitários delirantes. As crescentes incertezas identificatórias da população demandam respostas cada vez mais verdadeiras e universais. As verdades químicas e biológicas que a ciência oferece (ou a mídia) acabam se tornando profundamente des-subjetivantes. Parece que cada vez mais a população abomina a incerteza e pede respostas absolutas. O avanço do setor químico não pode ser pensado apenas como um fenômeno da ordem econômica atual;

sofisticação ficcional que venhamos a desenvolver. Tratamos de sujeitos, de demandas que se originam no eixo angústia-desejo, e não nas demandas socioideológicas da cultura. Não cabe a nós tratar dos desvios da norma social. Tratar sintomas sociais é adaptar os sujeitos ao sistema de pré-conceitos-ideologias dominantes na cultura. Ao contrário, o tratamento analítico é primeiramente “subjetivante”.

O tratamento é movido pelo dese-

está na quebra do preconceito que o paciente repete como enunciado identificatório; sistema de preconceitos aos quais ele está preso em cumplicidade com os enunciados da cultura.

Nossas categorias clínicas nada têm a ver com normalidades estatísticas, predominância de hábitos culturais ou moralismos religiosos. Considerar formas predominantes nas estruturas subjetivas não significa para nós criar ideais padronizáveis. Quando definimos fenômenos tais como as perversões, estudamos maneiras da subjetividade se organizar internamente. A descoberta freudiana subverte o preconceito naturalista: a sexualidade humana é necessariamente perversa (conceitual). Não existe uma relação sexual instintiva ou “natural”. O circuito pulsional (conceitual) “desvia” essa energia para a ordem fantasmática definitivamente. Essa nova ordem se sustenta e organiza nessa incerteza constitutiva dos “escuros”, objetos do desejo e conseqüente incerteza identificatória.

As categorias sexuais definidas na ordem biológica animal não são aplicáveis à sexualidade humana. Reduzir as formas complexas da erogeneidade a essas categorias é perder a essência dessa ordem exclusivamente humana. Na medida em que proliferam essas manifestações desviantes na cultura (esse fenômeno tem a ver com a necessidade de referências identificatórias), encontraremos cada vez mais novas organizações do desejo (neo-sexualidades). Como lidar com isso na clínica? Cuidamos do que o sujeito demanda. Essa é nossa “política”, nosso “pré-conceito”. A nossa relativa liberdade em relação ao preconceito consiste numa recriação sempre original do nosso preconceito teórico. Nesse desafio, contamos com um preconceito psicanalítico que é nosso firme aliado neutralizador dos próprios sistemas teórico-ideológicos que repetimos: a castração. A incompletude do nosso saber garante a relativização das nossas verdades interpretativas, evitando as tendências à realização do engodo imaginário que a necessidade de certezas identificatórias insiste em produzir.

**Ernesto Duvidovich**

*Psicanalista, diretor do Centro de Estudos Psicanalíticos e do Centro de Investigação em Medicina e Psicanálise.  
E-mail: ernesto@totalnet.com.br*

ele revela essa demanda generalizada de certezas imediatas e objetivas.

A criação de categorias clínicas sistematizadas em função de uma determinada organização teórico-conceitual deveria ter seu valor relativo a seu próprio sistema, e não ser tomada como verdade universal. As categorias clínicas são verdades locais e temporárias. Na clínica psicanalítica, não tratamos de categorias diagnósticas, sejam elas descritivo-fenomenológicas ou estruturas internas edípicas ou qualquer outra

jo e não pelo diagnóstico, isto é, tratamos do que o interessado nos pede e não do nosso preconceito- diagnóstico em relação a ele; o sujeito não é redutível a uma categoria clínica; uma determinada condição-patologia só é tratável se a pedido do sujeito. Isso não é apenas uma posição ideológica, é uma condição operacional do próprio tratamento. Nosso compromisso é com a demanda do sujeito, e não com as demandas sociais normativas. A possibilidade transformadora do dispositivo analítico

# Em busca da sagrada singularidade da natureza humana

*Ligado ao grupo independente de psicanálise, Gilberto Safra é, atualmente, um dos mais inquietos pensadores em sua área. Formado em psicologia pela USP em 1976, a partir dos anos 70 teve forte influência do psicanalista inglês Donald W. Winnicott (1896-1971).*

*Em 1995, publicou "Momentos Mutativos em Psicanálise – Uma Visão Winnicottiana", resultado de sua tese de doutorado defendida em 1990, e desde então tem desenvolvido idéias próprias e inovadoras, apoiado em interlocutores não apenas da psicanálise. Como professor da PUC e USP, transformou-se num ponto de referência, e suas aulas são eventos concorridos. No dia 27 de maio, Gilberto Safra foi entrevistado, na terceira edição do Projeto Diálogos, pelos psicólogos Kleber Duarte Barretto, Elsa Oliveira Dias, Melany Schwartz Copit e Tânia Vaisberg.*

**Melany Schwartz Copit** – *Como você vê sua inserção na formação de clínicos e de pensadores na área de psicologia e como explica esse lugar tão especial, essa correspondência que obtém dos alunos?*

**Gilberto Safra** – Penso que é necessário nos debruçarmos sobre um elemento fundamental na natureza humana, que é a questão do homem histórico, o homem no seu tempo. Me incomoda muito na psicologia um tipo de formulação, de conceituação que abstrai o homem tanto do seu meio quanto do seu tempo. E vai-se falar a respeito do sofrimento humano de uma forma tão descarnada..., tão pouco em contato com a problemática que o ser humano vive na atualidade. Não é à toa, acredito, que a clínica em psicologia e em psicanálise encontra-se em crise, em busca de modelos, em busca de terapêuticas. Percebe-se que ela não dá mais conta dos tipos de problemáticas que recebemos no consultório. Temos acontecimentos humanos, tipos de sofrimento, em que necessariamente precisamos ter uma visão do homem histórica. Nesse sentido, minha preocupação é restaurar o tempo no homem, a singularidade, o sofrimento específico que o paciente traz hoje para dentro da clínica. Há uma busca dos profissionais por vértices, por novos modelos de clínica. Então, me coloco como um profissional dentro do tempo que nós estamos vivendo. Me vejo refletindo, debatendo, tentando procurar e formalizar questões que permeiam a minha vida e a dos meus pacientes e que estão presentes em nossa comunidade, em nosso mundo hoje. Nas aulas, acredito que sou um porta-voz das questões de meu tempo, do que acontece atualmente. Essa é minha maneira de ver essa questão.



O psicanalista Gilberto Safra

**Tânia Vainsberg** – *Fale um pouco a respeito do seu percurso. Desde aluno da USP, como se deu sua formação, muito impregnada do pensamento kleiniano, e como foi o seu encontro com o pensamento do Winnicott?*

**Gilberto** – Eu não encontrei o Winnicott, eu o reencontrei. Pelo seguinte, tive a formação da USP, estudei as teorias psicológicas, e a minha formação foi principalmente kleiniana. Fiz uma análise de orientação bioniana, durante muitos anos; mas a sensação que eu sempre tive, mesmo sendo kleiniano, era de que eu não vestia bem essa teoria. No final de 1977, a Sociedade de Psicanálise de São Paulo ofereceu um curso sobre Melaine Klein coordenado pelo doutor Henrique Prego e sua esposa, Vida. No meio desse curso, um dia o Prego disse: "Estou lendo um autor e estou apaixonado por ele..." E começou a falar do Winnicott. "Se vocês quiserem, posso deter a apresentação da Melaine Klein e começo a apresentar para vocês o Winnicott." Nós aceitamos e à medida que eu fui me familiarizando com o pensamento do Winnicott, vi que estava lá... Era um reencontro, porque muitas das coisas que ele dizia eu reconhecia

na minha história. Era o já conhecido e, até aquele momento, não formulado.

**Elsa Oliveira Dias** – *Tenho curiosidade sobre a sua tese de mestrado. Tive a impressão de que você, de algum modo, já tinha se aproximado de Winnicott.*

**Gilberto** – A tese de mestrado chamava-se "Um Método de Consulta Terapêutica com Uso de Histórias Infantis". Surgiu, em primeiro lugar, porque as histórias infantis tiveram um lugar importante na minha vida. Eu venho de uma família de origens muito diversas. Minha avó, por parte de mãe, era portuguesa e meu avô, filho de um padre alemão com uma índia (risos). De parte de pai, meu avô era espanhol e minha avó, belga. Eram todos já radicados no Brasil. Fui criado muito próximo dos meus avós e tive influências culturais muito distintas. Isso causou problemas para mim, porque era difícil encontrar continuidade nesses ambientes. Mas se por um lado isso me trouxe dificuldades, por outro me deu abertura para conhecer o diferente. Há um momento fundamental na minha história, quando meu pai me deu um presente, para ele valioso:

*"Em cada ser humano existe esse ser singular, mas nele toda a história do homem borbulha."*

os quatro volumes das “Mil e Uma Noites”. Foi minha leitura fundamental, um livro de cabeceira durante muitos anos. Quando comecei a trabalhar como psicólogo, recebi alguns casos de crianças em que percebi não haver necessidade de se fazer uma terapia e que era possível um tipo de intervenção mais breve. Aí comecei a recorrer às histórias... Construí uma história com os pais da criança que, de alguma forma, refletisse sua problemática. E os pais contavam a história para a criança. Um dia, uma amiga minha disse: “Por que você não faz o seu mestrado sobre isso?” Eu disse: “É, aí está!” Foi assim que surgiu o mestrado.

**Kleber Duarte Barretto** – *Dá para perceber que, a partir do Winnicott, você tem desenvolvido um pensamento bastante próprio. Hoje, que aspectos da teoria do Winnicott você critica? Quais são as diferenças entre vocês?*

**Gilberto** – Há alguns anos temos visto um grande grupo de pessoas estudar Winnicott. Há, agora, muitas teses surgindo sobre Winnicott, pessoas se dizem winnicottianas... Há um boom do Winnicott. Há uns dois anos, me incomodou esse movimento winnicottiano. Comecei a achar que se estava fazendo idolatria do Winnicott, ou seja, tudo aquilo que não era a posição de Winnicott. Dos autores que conheço, ele é o que desejou ser morto. Tinha uma profunda noção da importância da morte na continuidade da vida. Há uma passagem na qual ele lamenta o fato de não ter tido um filho que pudesse matá-lo...

**Elsa** – *Você não seria esse filho que pode matá-lo (risos)?*

**Gilberto** – Estou, pelo menos, com apetite (risos). De fato, eu resolvi matar o Winnicott há uns dois anos, em honra ao Winnicott, para preservar o espírito winnicottiano. Pelo seguinte, o tempo passa e as problemáticas ganham complexidade... O Winnicott deu uma contribuição fantástica e deixou situações inacabadas, deixou portas. Para mim, é importante manter a obra do Winnicott em evolução. Mesmo porque começo a perceber problemáticas na clínica que já nem são mais essencialmente winnicottianas. Sofrem transformações, pelo que o mundo é hoje. Senti necessidade de seguir o conselho do Winnicott, que diz: “A originalidade nasce na tradição”. Senti necessidade de buscar outros interlocutores que tenham pensado a respeito da natureza humana, tentando responder às questões que observo na clínica no dia-a-dia. E tenho me beneficiado muito com outras interlocuções. Para mim, é muito claro que aquilo que vou formulando é a partir de Winnicott. Eu uso alguns conceitos dele, mas neste momento tenho feito interlocuções principalmente com os filósofos e teólogos rus-

os do início do século e com os gregos. No que eu estou diferindo do Winnicott? Principalmente na questão da sistematização. Winnicott traz toda uma noção do processo maturacional. Aquilo que ele traz, por exemplo, do encontro da mãe/bebê, que é esse acontecimento originário, esse acontecimento fundador, uso como uma referência. Não uso o pensamento do Winnicott de forma sistematizada. Não basta compreender as falhas da mãe, mas compreender essas falhas historicamente. Tem me impressionado muito que pacientes de diferentes idades me trazem um enigma. Sofreram uma ruptura e, apesar de profunda, de uma falência de self grave, trazem às vezes um enigma extremamente complexo e sofisticado. Para responder a esse enigma, tenho que me reportar à história do mundo, aos ancestrais dessa pessoa, à cultura...

**Melany** – *Especificamente, na clínica prática, que abertura isso tem te dado? Como difere do setting clássico, do divã, daquela sala quadrada?*

**Gilberto** – Vou falar um pouco do Freud (riso). Tradicionalmente pensa-se que Freud trouxe uma contribuição fundamental porque mostrou o homem dividido. Para mim, a questão fundamental do Freud não é essa. Penso o Freud no seu tempo, época vitoriana, um momento em que existia todo um poder, uma influência muito grande do racionalismo, do iluminismo, e a questão da moral imperava. No momento em que o ser hu-

mano se reduz à moral, nós temos uma paralisação da própria natureza do homem. Quer dizer, no momento em que o indivíduo se fecha no registro moral, ele se coisificou. E para mim a ação originária da psicanálise, a ação originária do Freud foi criar uma abertura. Mais do que mostrar o homem dividido, ele criou uma abertura e assinalou que o homem está sempre mais além. Na clínica, hoje em dia, toda a questão é lidar ou com essa coisificação do homem ou com o esgarçamento da natureza humana, intensa no nosso tempo. Por um lado, acho que a psicanálise virou um fetiche, um emblema, um título, uma categoria de nobreza... Acho isso terrível, uma traição a Freud. Porque Freud, mais do que sub-

verter, abriu a situação e mostrou o mais além. E, na medida em que se está em contato com a clínica, estamos diariamente sendo chamados a prosseguir nesse trabalho de descoisificação do homem e de reflexão sobre o esgarçamento da natureza humana. O que significa ter que repensar a natureza da clínica em nosso tempo, para que ela preserve essa ação originária. A clínica hoje, mais do

que nunca, demanda relação, encontro, o resgate do humano.

**Elsa** – *Nesta era técnica e cheia de coisas descartáveis, as pessoas precisam amarrar sua própria história. Fale sobre isso...*

**Gilberto** – Levinas, de quem gosto muito, diz o seguinte: “O psiquismo, antes de ser psiquismo, em seu fundamento, é

teologia”. Acho perfeito. É parte da problemática que ocorreu no nosso mundo com o positivismo, a Revolução Industrial... Essa dessacralização da vida humana, dos objetos e das cerimônias... Há uma dessacralização profunda que é parte do esgarçamento do homem, dessa ruptura do homem. Hoje discrimino dois níveis de fenômenos para dar conta de questões como esta: um nível psicológico e outro ontológico. No nível ontológico, está o sagrado, estão os acontecimentos, as falas, os gestos que são originários e que reverberam toda a história do homem. Estou convencido de que a natureza humana é muito complexa porque tem duas facetas. Uma é aquilo que poderíamos chamar da singularidade, aquilo que é emergente, que ali acontece de uma forma muito peculiar. Enfatizo a palavra “singular” porque não quero dizer “indivíduo”. Há um excesso de individualismo em nosso tempo que também acho doente e que é diferente da singularidade, da diferenciação. Mas é uma diferenciação que brota, nasce da relação que o indivíduo tem com a sua história, com os seus pais e com toda a humanidade. Em cada ser humano existe esse ser singular, mas nele toda a história do homem borbulha. Estamos aí no campo do ontológico, do sagrado, daquilo que funda o próprio ser humano.

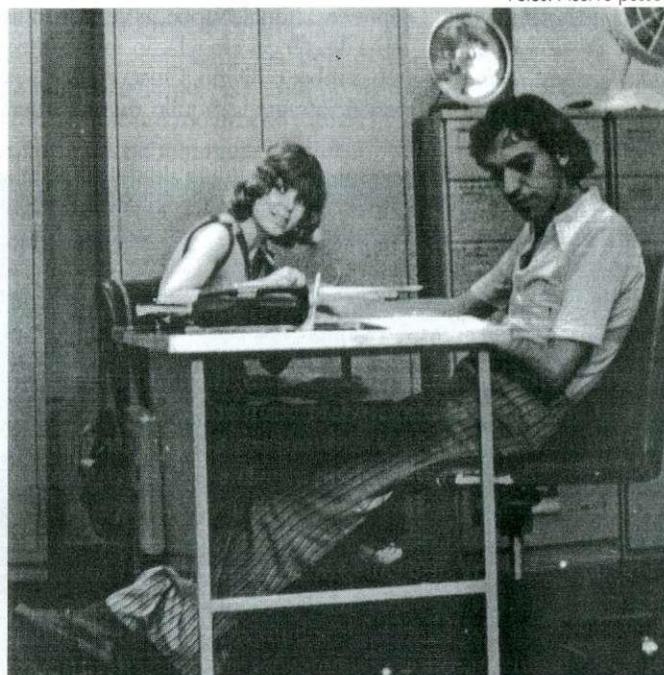
**Elsa** – *A possibilidade da ligação com esse nível que você chama de mais originário não requer a passagem por isso traduzida na história individual?*

**Gilberto** – Sim, mas é que ele acontece à revelia da história. Por exemplo, nós sabemos da importância que tem para o Winnicott a questão da ilusão, do estabelecimento do objeto subjetivo, que sempre vejo acompanhado de uma experiência de encanto. Por outro lado,

“A psicanálise virou um fetiche, um emblema, um título, uma categoria de nobreza... Acho isso terrível, uma traição a Freud.”



No Parque D. Pedro II: o trote, em 1972



Com colega na biblioteca do Ipusp

Fotos: Acervo pessoal

tenho visto pessoas que foram constituídas não na ilusão, mas no horror. E elas foram constituídas nessa condição, o que é terrível. São constituídas numa queda sem fim, no indizível, o que significa, paradoxalmente, que estão nascendo na possibilidade de enxergar o mundo humano a partir de uma situação de uma profunda exclusão. Supervisionei o caso de um garoto que foi menino de rua, com uma história terrível, surgido – e esse era o sofrimento dele – da indignidade. O olhar dele para o mundo era de profunda desilusão. E era assim que ele entrava no mundo. Não tinha condições de estabelecer a ilusão, mas tinha a possibilidade de encontrar a interlocução, a solidariedade para aquilo que ele tinha vivido de uma forma... de uma ruptura tão brutal. O que é isso que, de repente, traz uma pessoa que emerge no horror, no indizível? Esse garoto que estou mencionando tinha uma sabedoria, uma lucidez terrível que não se assentava na mente dele. Mas, ao mesmo tempo, tinha uma capacidade de solidariedade em relação ao outro como jamais havia encontrado em relação a si mesmo. Era um garoto de rua que recitava Fernando Pessoa com toda a compreensão do que dizia, o que era impressionante. É bonito e terrível, porque você vê ali um garoto num sofrimento medonho que encontra interlocução em um poeta, em um outro tempo. E essa relação com Fernando Pessoa é o único borbulhar humano que ele conheceu, e para ele é sagrado. Por isso é que eu digo que existe alguma coisa, no nosso tempo, que é pós-Winnicott. Temos uma ruptura, uma alienação, uma degradação do homem em um nível tal que, de repente, temos fenômenos como esse, em que o indivíduo encontra um horror sagrado.

**Kleber** – *Você falou sobre essa questão do sagrado. Em que experiência estética o sagrado e o ontológico estão ligados? São sinônimos? Como é isso?*

**Gilberto** – O que chamo de experiência estética não tem nada a ver com a arte, com a ciência do belo (risos). Chamo de experiência estética algo que está relacionado à própria raiz da palavra, que tem a ver com os sentidos humanos. Tradicionalmente, os sentidos, o corpo, na psicanálise, não estão muito bem colocados. Experiência estética é isso: ocorre desde o início da vida e marca o encontro de uma criança com um outro ser humano. É o acontecimento originário que possibilita o emergir do humano. Mas, a experiência estética, como estava dizendo, não é só a da beleza, é também a do horror, do medo ontológico. É tudo aquilo que funda e coloca o homem numa dimensão que o faz acontecer. Aí também volto à sistemática do Winnicott. Isso que é originário no bebê, observo que acontece muitas vezes na vida. Não só em diferentes etapas de vida, mas em diferentes situações que a gente vai tendo que lidar em nossa época. São situações que falam, que assinalam, que emergem, independentemente da vontade humana. Como Marion Milner diz em um dos seus artigos: “São situações com que nós nos deparamos na clínica que podem ser comparadas com a visitação dos deuses”. São acontecimentos, experiências que marcam uma nova etapa de vida, que marcam uma nova possibilidade de existência. É nesse ponto que está a dimensão do sagrado. Também discrimino o sagrado do religioso. O religioso tem a ver com uma concepção do divino. Quer dizer, supõe toda uma questão representacional. Supõe, às vezes, um sistema de crenças em relação àquilo que se pensa sobre o divino. Outra coisa é a experiência sagrada, aquilo que reverbera,

que acontece, que origina e atravessa o ser humano independentemente da vontade dele. Quando recebo uma pessoa no consultório, uma das minhas primeiras questões é a seguinte: qual é a teologia dessa pessoa? Que teologia ela faz? Porque todo mundo faz. É a teologia que essa pessoa faz me conta a vida dela por inteiro, me conta dos seus enigmas. Então, não acho que a gente possa ser um bom terapeuta sem conhecer a teologia. Está aí, para mim, a emergência da singularidade. Ouvir uma pessoa só a partir da psicologia é uma escuta muito anêmica. A gente não saca a fundo onde essa pessoa está inserida no mundo. Entre o mundo, a terra e o céu... e o inferno também (risos).

**Elsa** – *Estou inteiramente de acordo com essa questão de ficar só na psicologia. Você poria um paralelo entre o que está chamando de teologia e o encontro de interlocução? O sagrado se encontra na magia da intimidade humana?*

**Gilberto** – Entre outras coisas... O sagrado se encontra na intimidade, se encontra na solidão, na morte... O sagrado se encontra no indizível... Quando o sagrado se encontra na intimidade, estamos numa situação tranquila, em que há uma encarnação humana. O mais terrível e difícil é quando esse sagrado surge em outro nível, antes da criação dessa intimidade. Um dos trabalhos que gosto de fazer é pegar a história de pessoas que já fizeram o seu percurso por completo, que morreram e realizaram uma obra. É interessante observar isso: qual foi a trajetória de um autor, de um poeta... É interessante porque a gente vai perceber que a dimensão sagrada vai permeando a obra do autor o tempo inteiro. Vai se formulando das mais diversas maneiras e o preparando, exatamente... para morrer. E a maneira como aquela pessoa vai se preparando para morrer está relacio-

nada com os primeiros sentidos de sagrado que brotaram em sua vida. Isso é uma coisa fascinante! É a porta de entrada e de saída da vida...

**Kleber** – *Você tem clareza de qual foi a sua porta de entrada?*

**Gilberto** – Tenho, sim (risos). A minha porta de entrada é o olho. É uma história longa, mas vou torná-la breve. Já contei sobre a minha necessidade, quando menino, de dar conta dos múltiplos ambientes em que vivi. Por volta dos meus 3 anos, passava grande parte do tempo na casa dos meus avós paternos, porque meus pais trabalhavam. Meu avô era ferreiro, fazia carrocerias, e tinha um canto na oficina onde eu gostava de ficar. Eu me sentava lá e ficava olhando para fora, para a rua; para dentro, olhava o meu avô trabalhando... Uma coisa que me impressionava, e era por isso que eu gostava de sentar lá, é que de lá eu via “o olho”. Era o seguinte: quando eu ficava quieto, tinha a sensação de que um olho me olhava. Era um olho, uma presença, um cuidado que me dava repouso. Eu ia em busca desse olho lá, naquele lugar. Toda a minha história está nesse olho, que me contemplava de um lugar fora do tempo e do espaço. Um olho absoluto, que era eu mesmo. O paradoxo era esse: era eu mesmo, mas era alguma outra coisa ao mesmo tempo. Esse olho era a minha experiência sagrada. Quando começaram a me falar de Deus, para mim era algo que tinha relação com esse olho, tinha que ser... E esse olho também era o lugar onde eu me encontrava e me encontro a maior parte do tempo, até hoje. Quer dizer, quando interajo, converso e estou no mundo, estou, também, sempre nesse olho. É um olho que olha a história, o sofrimento humano, que me olha além de mim mesmo. Para mim, a morte é me dissipar no olho e dissipar também esse olho. Minha entrada foi por aí, e acho que tem tudo a ver com a minha profissão. É com esse olho que posso tocar a alma dos meus pacientes e traduzir, em linguagem e gesto, aquilo que apreendo do ser deles. Então deve ser a minha porta de saída (risos).

**Elsa** – *Se você não fosse terapeuta, o que é que você seria?*

**Gilberto** – Monge, seria um monge (risos).

*“A experiência sagrada é aquilo que reverbera, que acontece, que origina e atravessa o ser humano independentemente da vontade dele.”*



Kleber, Tânia, Elsa, Melany e Gilberto, durante a gravação do Projeto Diálogos

**O Projeto Diálogos tem por objetivo registrar a história da psicologia através do depoimento de profissionais vistos como referências na área da produção psicológica. A próxima entrevista será aberta ao público e acontecerá no dia 15 de junho, terça-feira, às 21:00 h, tendo como convidado o psicólogo Hélio José Guilhardi, terapeuta comportamental e professor da PUC-Campinas. Na nova sede do CRP, na Rua Arruda Alvim, 89, Pinheiros. Informe-se pelo tel. 574-7133.**

# O que nasce primeiro: O ovo ou a serpente?

O preconceito passou a ser estudado como “atitude psicológica” a partir dos anos 20. Até então, era entendido como uma teoria. Por exemplo: os negros eram tidos como inferiores aos brancos, e os teóricos buscavam justificar esse fato. A partir, sobretudo, do avanço dos movimentos raciais e das lutas por direitos civis nos EUA, esse enfoque foi mudando e os estudiosos passaram, então, a tentar explicar “o que leva algumas pessoas a supor que são superiores a outras”.

Surgiram então teorias que tentam explicar os fatores que geram o preconceito. O psicólogo José Leon Crochík, autor do livro “Preconceito, Indivíduo e Cultura”, de 1997, aponta a existência de cinco tendências que apareceram, principalmente nos EUA, durante este século. A primeira delas defende a tese de que a frustração leva ao preconceito. Determinado indivíduo não se dá bem na vida, então procura um grupo ao qual passa a culpar por isso. Outra explicação, mais psicanalítica, está calcada na estrutura da personalidade e postura em que acontecem desvios, ao longo da infância, tornando as pessoas mais fechadas ao mundo. Uma terceira vertente busca sustentação na estrutura social, entendendo o preconceito como uma forma de ideologia necessária à manutenção das estruturas de dominação. Uma quarta aponta o preconceito como uma questão cognitiva, associada à questão dos estereótipos. Ou seja, o mundo é percebido de forma dicotômica e, por uma questão de adaptação, essa dicotomia passa a ser generalizada para agrupamentos humanos. Por fim, há ainda uma teoria que diz respeito à socialização, pela qual o preconceito desenvolve-se na socialização do indivíduo.

É curioso, observa Crochík, “que a maioria desses estudos tenha sido feita nos EUA e na África do Sul, justamente países onde se registra um alto grau de

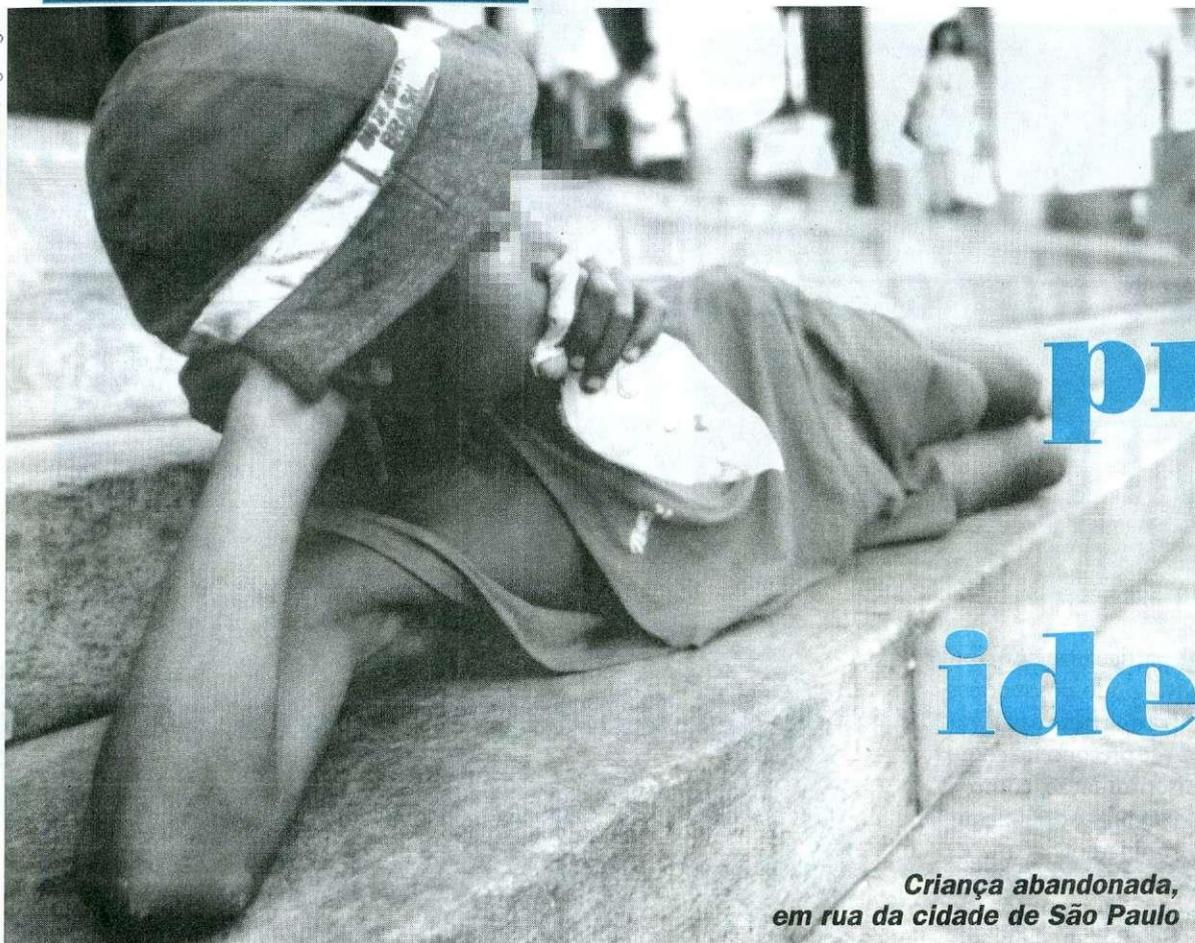
preconceito racial, particularmente contra os negros”. Divergindo dos teóricos que diferenciam discriminação e preconceito – entendendo-se preconceito como algo latente e discriminação como a manifestação do preconceito –, ele argumenta: “A discriminação claramente contém o preconceito; quando a discriminação não ocorre, o preconceito pode estar embutido. Aí temos de lidar com ele antes que se torne manifesto. Se tratamos apenas da discriminação e não do preconceito, deixamos de lado uma tendência que pode explodir em outro momento”, alega.

Teria sido o que aconteceu, por exemplo, com os judeus na Segunda Guerra. Nesse contexto, o mais grave são as teses que dão características naturais aos alvos do preconceito, alijando-os dos fatos históricos que lhes dão origem, tais como as presentes no livro “Curva do Sino”, que há poucos anos tentou provar “cientificamente” que o negro era inferior ao branco, por meio de testes de inteligência. “É evidente que, por condições históricas – eles foram liberados da escravidão apenas no século passado, no Brasil e nos EUA –, os negros não tiveram, como grupo social, condições para superar as limitações que lhes foram impostas por séculos”, argumenta Crochík. Esse tipo de estudo tenta provar que os preconceitos não são determinados por dados culturais, mas por fatores genéticos. Reforçam os estereótipos: negro é pouco inteligente e indolente, judeu é usurário, mulher é frágil e menos capaz que o homem, homossexual é ridículo e promíscuo etc. “Uma situação historicamente dada é transformada em algo natural” – essa é, para Crochík, uma das principais características do preconceito.

“Numa sociedade competitiva como a nossa, em que temos de brigar para sobreviver, aprendemos – apesar de todo verniz da cultura – que deve-

mos escolher entre nós e os outros. Nossa formação é voltada para a competição, e isso contribui para a rigidez do pensamento”, pondera o psicólogo. O pensamento seria, para ele, o “antídoto do preconceito”. Mas cada vez menos temos tempo de pensar e refletir, numa sociedade da pressa e das soluções imediatas. O preconceito, por conceito, existe antes da experiência e até por falta dela. “Claramente, é adquirido pela cultura e evita a própria experiência. Muitas vezes, a experiência com o objeto do preconceito representa uma forma de revertê-lo. Mas nem sempre isso acontece, porque há diferentes tipos de pessoas preconceituosas”, afirma Crochík.

Somos educados para ser fortes, nos adaptarmos e para darmos pouco valor à reflexão; menos ainda para a auto-reflexão. Não podemos ter dúvidas, e a dúvida é fundamental para o pensamento. “Isso é cada vez mais verdadeiro numa sociedade imediatista e técnica, pouco propensa a desenvolver a sensibilidade e o pensamento”, alerta. É difícil dizer quem nasce antes: se é a serpente, o totalitarismo, ou seu ovo, o preconceito. Mas é certo que ambos são partes do mesmo mecanismo sociocultural abominável que separa as pessoas, gera guerras e pretende dar justificação para a injustiça e para a desigualdade social.



**Criança abandonada,  
em rua da cidade de São Paulo**

## Infância abandonada: Novas práticas, velhas ideologias

A realidade que envolve as crianças abandonadas e as institucionalizadas, no Brasil, levou-nos a concluir que para elas as condições de vida se alteraram muito pouco nos últimos dez anos. Continua a existir um quadro de miséria, desamparo social, intervenções ideológicas e perseguições físicas, conforme se constata em episódios cotidianos. Embora a legislação brasileira tenha passado por muitas mudanças com a aprovação, em julho de 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90), na prática as coisas caminham a passos lentos. O Estatuto orienta para uma política de extinção dos orfanatos e recomenda o encaminhamento das crianças e adolescentes abandonados para famílias substitutas (regime de guarda, tutela ou adoção), o recolhimento em abrigos ou, no caso de infratores, a internação em instituições de caráter reeducativo pelo prazo máximo de três anos. No entanto, verificamos que ainda é muito grande o número de instituições que funcionam conforme o modelo tradicional de internato. Observamos também que muitas instituições, públicas e privadas, que mudaram o seu funcionamento e reorientaram suas políticas, fizeram-no na aparência e continuam trazendo em suas filosofias o aparato ideológico dos projetos de reintegração veiculados nos antigos orfanatos e instituições correccionais, que incluem o assistencialismo filantrópico, a veiculação de doutrinas religiosas e a idealização da família como solução do problema da infância abandonada.

Cabe, portanto, perguntarmos: que forma estão assumindo as mudanças de-

correntes da legislação prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente? As políticas e práticas do poder público para o atendimento das crianças abandonadas são, quase sempre, como em décadas anteriores, subsidiadas por análises estritamente funcionais que desprezam o caráter histórico do fenômeno. Atualmente, a maioria das práticas decorre de projetos de reformas administrativas que pretendem adaptar suas ações à nova ordem de mercado. Ordem essa que, no fundo, traz a idéia de que a presença de ações públicas, em praticamente todas as áreas, tem gerado malefícios administrativos, econômicos e sociais. Aplicada de forma mais ampla, prevê a saída generalizada das instituições públicas não apenas dos setores de produção, como também de serviços essenciais que estão diretamente relacionados com direitos dos cidadãos como, por exemplo, assistência social, saúde, educação e cultura. Tais políticas, em sua essência, encolhem o espaço público e ampliam o espaço privado no campo dos direitos sociais.

Gradativamente essa concepção política se amplia nos municípios, e os atendimentos dos direitos essenciais dos cidadãos estão sendo tratados como outro serviço administrativo qualquer, avaliado apenas a partir dos custos financeiros e não dos benefícios sociais. Nesse sentido, as intervenções do setor público em relação às crianças e adolescentes abandonados se resumem a estratégias imediatas de governo com a intenção de solucionar o problema, independentemente dos meios e fins. Abrem espaço, assim, para a terceirização ou privatização de setores que aten-

dem aos direitos essenciais das crianças e adolescentes.

É extremamente preocupante esse caminho político. Perguntamos se não seria função das administrações públicas dar prioridade absoluta ao atendimento dos serviços essenciais. Não seria fundamental a criação de um quadro de profissionais capacitados para atender a esses serviços, principalmente quando relacionados à saúde e à educação das crianças?

Recentemente assistimos, em vários municípios, à realização de convênios de terceirização entre as prefeituras municipais e instituições religiosas para o atendimento das crianças abandonadas e em estado de risco. Essas medidas das prefeituras tornam visível uma tendência que se expande no país. Com certeza, seguindo esse rumo, os administradores públicos em pouco tempo serão apenas gestores de contratos, convênios e parcerias.

Além da adaptação do atendimento às crianças abandonadas à nova ordem de mercado, os ideários públicos estão assimilando, como vertente politicamente correta, a associação de seus serviços a fundações vinculadas a entidades religiosas. Embora o apoio do poder público sempre tenha sido irrisório, atualmente estamos constatando iniciativas das administrações públicas em repassar recursos para entidades religiosas assumirem serviços essenciais. E o fazem com o intuito claro de tirar um grande peso de sua área de atuação.

Quando as intervenções institucionais assumem um caráter funcional de características religiosas, suas ações tornam-se uma maneira de encobrir a realidade his-

tórica, ampliando a imagem de que a criança abandonada está sendo assistida de modo adequado a valores e princípios morais, pois esta só poderá "integrar-se à sociedade" compartilhando de doutrinas que a ajudarão a preservar sua integridade. Nessa concepção está implícita a idéia de que a criança abandonada está à margem da sociedade – como se a ela não pertencesse – e precisa preparar-se para uma reintegração, principalmente através da formação religiosa, desconsiderando-se quaisquer outras propostas que incluam uma formação educacional mais ampla e de qualidade.

Na mesma direção, dá-se destaque também à família, como agente idealizado no processo de "reintegração", em detrimento de projetos diretamente dirigidos ao amparo da família de origem da criança abandonada. Considerada, enquanto valor, como o lugar natural e ideal para a satisfação das necessidades afetivas e materiais, a família passa a ser o pilar de sustentação do discurso institucional. Como instância virtual, é propagada, diferentemente das famílias conhecidas e vivenciadas pelas crianças, como o melhor lugar do mundo, onde a criança encontrará a felicidade.

Deste modo, a ausência de uma perspectiva histórica nas doutrinas das políticas públicas de atendimento à criança abandonada acaba privilegiando o caráter ideológico de intervenções institucionais, na medida em que a condição de marginalidade da criança é atribuída à irresponsabilidade individual ou familiar, encobrindo, assim, aspectos estruturais da sociedade. Essa é a concepção mais valorizada em tempos neoliberais.

Mário Sérgio Vasconcelos  
Professor do Curso de  
Psicologia da Unesp-Assis

# Legislação avançada não garante cidadania ao portador de deficiência

Durante os anos 80, o ator norte-americano Christopher Reeve impressionou platéias de todo o mundo enfrentando tufões e maremotos com um mero sopro, voando sem asas pelo espaço aberto e capturando bandidos deste e de outros planetas. Reeve encarnou nas telas o fantástico Super-homem, herói de poderes ilimitados, com sua devassadora visão de raio X e força descomunal. Sua única fragilidade, como todo mundo sabe, é a kriptonita, mineral proveniente de seu planeta de origem, capaz de torná-lo tão fraco quanto... qualquer ser humano comum. Por exemplo, como o ator Christopher Reeve que, não faz muitos anos, abalou o mesmo mundo que o cultuou como Super-homem com a notícia de ter-se tornado tetraplégico, depois de sofrer uma queda de cavalo. Poderia ter sido qualquer outro ator, mas aconteceu justamente com aquele que, no imaginário popular, representava o semelhante invencível – o superser. Como protagonista dessa trágica fábula da era da mídia, Reeve mostra-se hoje ao mundo, numa cadeira de rodas,

já recuperado e defendendo a causa dos portadores de deficiência. Sua história nos alerta para o fato óbvio, mas que costumamos esquecer com frequência, de que super-homens só existem mesmo na ficção.

Um alerta que, desde meados dos anos 80, vem sendo dado por uma série de entidades espalhadas pelo Brasil que cumprem a difícil tarefa de defender os brasileiros portadores de deficiências – sejam elas físicas, auditivas, visuais, mentais ou orgânicas (os portadores de doenças). “Como em qualquer outra condição que leva à exclusão social, também o preconceito contra o portador de deficiência baseia-se no desconhecimento e numa absoluta falta de oportunidade de as pessoas conviverem mais com esses seus semelhantes um pouco diferentes”, comenta a psicóloga Ana Rita de Paula, especializada na área de reabilitação e integrante do Núcleo de Integração de Deficientes,

NID, do Centro de Vida Independente, CVI, grupos que prestam serviços e defendem pessoas com deficiência.

Segundo Ana Rita, apesar dos avanços legais obtidos nesta década, o preconceito ainda é enorme: “Quando pensamos numa sociedade inclusiva, que respeite as diferenças individuais, estamos propondo modificações radicais, e a aceitação não se dá facilmente, só por um discurso. Precisamos de mudanças estruturais”, ela avalia.

De fato, o Brasil tem hoje uma das legislações mais avançadas do mundo sobre a questão que, entre outras coisas,

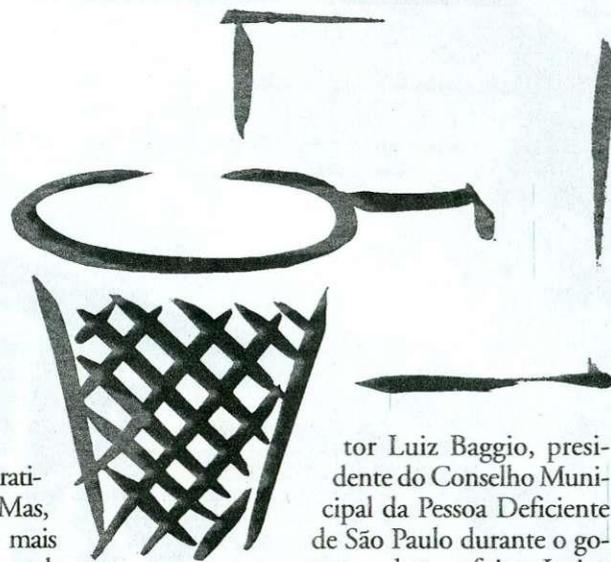
obriga as empresas com mais de 100 empregados a reservar até 2% das suas vagas a portadores de deficiência e prevê cin-

co anos de cadeia a quem pratique ato de preconceito. Mas, como de praxe no país, é mais uma legislação que não passa do papel. “Não há mecanismos de fiscalização eficientes, de modo que, na prática, as leis não têm sido cumpridas, até porque a deficiência, no Brasil, está muito ligada a uma situação de pobreza, o que cria uma situação de dupla marginalização”, comenta Ana Rita. Mudar essa realidade implica criar uma nova cultura social, um verdadeiro trabalho de super-homem.

“Os portadores de deficiência são alijados desde o início”, continua Ana Rita. Nas escolas, por exemplo: “Temos atualmente um movimento de inclusão das crianças com deficiência na rede de educação normal. Nesse ponto, os psicólogos podem fazer um trabalho fundamental, preparando as instituições para receber essas crianças. Hoje temos um modelo que pede ao psicólogo um diagnóstico que justifique a exclusão. A idéia de seriação que herdamos no sistema educacional parte do pressuposto de que todas as crianças, mesmo tendo histórias de vida diferentes, estejam na mesma situação. Não é só a criança deficiente que é diferente. Cada um de nós tem uma experiência própria de aquisição de conhecimento, e isso não tem sido respeitado. Precisamos propiciar condições para a integração já na escola, porque quanto mais cedo as crianças portadoras de deficiência puderem conviver com as outras, mais esse processo vai ceder”.

A mesma dificuldade se repete em todas as outras áreas da sociedade. Na saúde, são poucas as unidades básicas preparadas para atender os portadores de deficiência. Muitas vezes, o mero fato de portar deficiência é suficiente para que alguém seja encaminhado a serviços especializados, reforçando a idéia de que essas pessoas devem viver e ter suas necessidades atendidas em espaços diferenciados. No mercado de trabalho, a situação é ainda mais grave. “Com os atuais níveis de desemprego, os deficientes formam um grupo ainda mais fragilizado”, diz Ana Rita. Ainda pesa um estigma grande sobre a produtividade do portador de deficiência.

Pioneiro da militância na área, o edi-



tor Luiz Baggio, presidente do Conselho Municipal da Pessoa Deficiente de São Paulo durante o governo da prefeita Luiza Erundina, também vê um am-

biente ainda hostil ao portador de deficiência. “O preconceito contra o portador de deficiência se dá basicamente de duas maneiras: uma delas é através das barreiras arquitetônicas – obstáculos físicos que se interpõem ao acesso e à participação dos deficientes em ambientes onde poderiam exercer sua cidadania. Outra forma são as barreiras atitudinais, quando as pessoas o entendem como um cidadão menor, de segunda classe, incapaz de definir seu próprio destino”, explica.

Pelo menos no que diz respeito ao primeiro aspecto, Baggio acredita ter havido um salto positivo: “Os estabelecimentos de uso público que compreendem o acesso de mais de 100 pessoas e apresentem problemas de acessibilidade, tais como escadas, banheiros não adaptados, portas estreitas e tudo o que impeça a livre circulação, por exemplo, de uma pessoa em cadeira de rodas, pode ser multado”. Já no que diz respeito à aceitação social, só agora, no final da década de 90, ele vê indícios de maior aceitação social, “uma reação imposta pela própria lei, que passou a ser mais rígida”. A Internet também tem aberto um novo horizonte aos portadores de deficiência, particularmente no campo profissional. Muitos portadores de deficiência encontram mercado na rede, construindo sites ou oferecendo serviços.

Baggio atribui um papel importante à psicologia para que essa aceitação avance ainda mais: “Os psicólogos ocupam cargos-chaves, sendo responsáveis pela inserção ou não de portadores de deficiência em empresas, escolas e serviços de saúde, além de lhes caber um importante serviço na área de reabilitação tanto do portador de deficiência quanto das famílias e das comunidades”. Como exemplo, supõe uma situação: “Como é que a família de uma pessoa que, de repente, se torna tetraplégica lida com isso?” Como não somos super-homens, é bom mesmo que cada um de nós pense nisso seriamente.





Militante reivindica aprovação, pelo Congresso Nacional, do projeto de lei da psicóloga e deputada Marta Suplicy, que legaliza união civil entre pessoas do mesmo sexo. Parada do Orgulho GLT, Avenida Paulista, 1998

Com a edição, em março, de uma Resolução que define psicólogo que tratar a homossexualidade como desvio comp CFP deu um passo fundamental em direção à eliminação de e lésbicas. Mas o assunto ainda prom

# Homossexualidade não pode ser vista como desvio

**E**m junho do ano passado, o Corpo de Psicólogos e Psiquiatras Cristãos, CPPC, entidade que reúne cerca de três dezenas de profissionais de todo o país, realizou em Viçosa (MG) um evento denominado 3º Encontro Cristão sobre Homossexualidade, que se propunha a debater formas de ajuda “a pessoas em crise de identidade sexual”. O pressuposto implícito na temática de que as pessoas que fazem sexo com parceiros do mesmo sexo vivem uma “crise de identidade sexual” provocou a imediata mobilização de entidades representativas dos homossexuais, que denunciaram o evento como preconceituoso e reivindicaram do Conselho Federal de Psicologia um posicionamento a respeito do assunto.

A resposta do CFP veio no dia 23 de março último, através da Resolução 01/99, que estabeleceu normas para que os psicólogos contribuam, no exercício de sua profissão, para a eliminação do preconceito e da discriminação em relação à homossexualidade. No seu eixo central, a Resolução considera que a homossexualidade “não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão”, fato já reconhecido pela própria Organização Mundial de Saúde, OMS. Para redigir a Resolução (leia quadro ao lado), o CFP constituiu um grupo de psicólogos com atuação reconhecida na área, integrado por Yara Sayão, Edna Kahhale, Maria Rita Kehl, Ricardo Goldenberg, Paulo Roberto Borges Secarelli e coordenado pela presidente do CFP, Ana Mercês Bahia Bock. “Buscamos uma linguagem de entendimento comum, aceita pelas diferentes correntes psicológicas e com pontos passíveis de abranger a atuação do psicólogo em seus diversos âmbitos: no consultório, na escola, na seleção profissional etc. Era preciso que o CFP tomasse um posicionamento para que o comportamento dos psicólogos nessa questão não ficasse norteadado apenas por valo-

res particulares”, comenta Yara Sayão.

Ainda hoje, é muito difícil mensurar tanto o percentual de incidência de homossexualidade (fala-se em 10% da população), como o tamanho do preconceito contra ela. Mas, certamente, esse preconceito existe na sociedade brasileira de forma evidente – entre pobres ou ricos, informados ou sem acesso à educação. O estigma ainda é grande e começa nas próprias famílias, apesar do movimento homossexual ter crescido nas últimas décadas, sendo atualmente composto por um grande número de entidades em todo o país representando e defendendo os interesses de gays e lésbicas. Também tem aumentado a tolerância com a exposição de homossexuais na televisão, nas novelas e até em anúncios publicitários, ou pela publicação de revistas especializadas e a abertura de espaços de encontro nas grandes cidades.

O significado real desse “avanço”, no entanto, suscita polêmicas. Uma avaliação positiva é feita pelo psicólogo Carlos André Passarelli. “Vejo uma evolução – e sem copiar o modelo norte-americano, o que seria desastroso. No entanto, observo ainda um preconceito velado, algo como ‘para mim tudo bem, desde que não seja perto de mim’. No meu mestrado em Psicologia Social – sobre linguagens amorosas entre homens –, pude observar que a visibilidade desse tipo de amor ainda é um desafio a ser transposto. Existem padrões de relacionamento que são legitimados pela cultura e, ao copiá-los, os amantes masculinos aparecem como usurpadores de uma linguagem que não lhes pertence, ou como dubladores de uma fala que não é deles”, comenta.

Passarelli, que ocupa o cargo de assessor da Coordenação Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e Aids, do Ministério da Saúde, considera a Resolução do CFP um avanço: “Como psicólogo e como homossexual, penso que o Conselho co-

meça a se posicionar a respeito de uma questão sobre a qual a categoria só se pronunciava nas ‘alcovas’ dos consultórios, e sabe-se lá como. Algumas experiências como cliente de psicólogos – juro que foram mais de uma –, que tentaram mudar ou tratar minha orientação, foram penosas, para dizer o mínimo. Muitas vezes, também, ouvi colegas dizerem que não poderiam me encaminhar pacientes por eu ser homossexual. O mais interessante é que a Resolução não é uma abstração, mas um ato, menos sobre orientação sexual e mais sobre a desorientação dos psicólogos”.

Também a psicóloga Vera Paiva, coordenadora do Núcleo de Estudos de Aids, Nepaids, da USP vê uma maior aceitação da homossexualidade no Brasil. “É uma das melhores do mundo, apesar de estarmos ainda longe do ideal. Mas estamos melhor do que a Itália, por exemplo. Basta lembrar que o Brasil tem, em tramitação no Congresso Nacional, um projeto de lei que regulamenta a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Nos EUA, eles nem chegam a discutir o assunto. O Brasil é muito louco; ao mesmo tempo em que temos o aborto ilegal, temos essa lei da Marta Suplicy em discussão. Além disso, São Paulo é hoje uma meca razoável para os gays; mais, inclusive, do que o Rio de Janeiro, avalia.

Menos crédulo no jeito de ser mais relaxado e tolerante do brasileiro, José Leon Crochík, professor de Psicologia da PUC e da USP, posiciona-se com cautela quando avalia a dimensão do preconceito contra homossexuais no país. “Acho complicado dizer que o Brasil seja mais liberal com a homossexualidade do que outros países. Não faz muito tempo, tivemos uma série de assassinatos de homossexuais em São Paulo, no Parque Trianon. Não vejo elementos indicadores de que nossa cultura seja menos machista do que a norte-americana, por exemplo. Ao contrário, como eles são socialmente mais avançados, têm

Como a ética a postura do comportamento ou doença, o preconceito contra gays pode gerar muita polêmica.

Agência Argos



Parada do Orgulho GLT, Avenida Paulista, 1998

mais condições de estar encarando esse fenômeno de outra maneira.”

Justamente por isso, Crochík considera a Resolução do CFP importante, no que diz respeito à “preservação dos direitos individuais”. Mas alerta que a discussão não pode parar aí. “Ela precisa continuar, porque o problema de se considerar ou não o homossexualismo doença pode ter respaldo em algumas teorias. Temos teorias na psicologia para as quais o homossexualismo não é um desenvolvimento normal. A Resolução pode levar a que psicólogos não explicitem os seus preconceitos mas, quando atenderem no consultório pacientes com dados homossexuais, vão tratá-los como doentes. Tenho a impressão de que muitos deles não tomam essa Resolução de forma tranqüila.”

Crochík aponta a existência de pesquisas nas quais o país do samba, do carnaval e do futebol revela-se bem mais preconceituoso do que registra o senso comum. Por exemplo, um estudo

do realizado entre universitários brasileiros utilizando a Escala F, instrumento para avaliação de personalidades autoritárias (relacionadas a preconceitos), determinou uma média de 4,02 pontos, numa escala que vai de 1 a 7. Desenvolvida nos anos 40, nos EUA, a Escala F registrou índices médios de 3,16 entre os norte-americanos. Aplicada na Iugoslávia, anos atrás, revelou uma média superior à brasileira, de 4,46. Eis aí um elemento possível para se tentar entender a tragédia de uma guerra étnica que vem se arrastando desde 1992.

“É confortável para o indivíduo pensar que é melhor do que o outro, principalmente quando está numa situação ruim”, comenta Crochík. Nas últimas décadas, os movimentos em defesa das minorias – étnicas, sexuais ou sociais – registraram muitas conquistas e, sem dúvida, uma maior exposição social. Contudo, Crochík alerta para os riscos de um avanço que, ao invés de libertar, pode levar à regres-

são. “Isso pode ocorrer quando o preconceito é visto de forma dissociada das injustiças geradas pela estrutura social. Esses movimentos devem ser pensados em função de como a sociedade se estrutura e nos leva a exercer violência uns sobre os outros.”

Na mesma direção, a psicóloga Yara Sayão, que também integra a ONG Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual, GTPOS, de São Paulo, pensa que o preconceito, como fator cultural, deve ser atacado o quanto antes, porque começa já na escola, ambiente onde as questões da sexualidade têm eclodido intensamente nesta década. “Trabalho com sexualidade ligada à educação e integrei a equipe do MEC que elaborou os parâmetros curriculares para o 1º grau, nos quais a orientação sexual foi proposta como um tema transversal a todas as disciplinas tradicionais.” De acordo com Yara, a homossexualidade é um tema que chama a atenção no meio escolar. “É comum em escolas de 1º grau, e às vezes até em pré-escola, que os professores levem a psicólogos ou orientadores educacionais problemas de meninos que se comportam como meninas ou, o contrário, de meninas que só querem fazer

atividades de meninos. Temos de interferir logo nisso, porque a intervenção ou a omissão do educador frente à forma como as outras crianças lidam com isso pode determinar o que acontecerá com uma criança daí para a frente.”

Mais que a atração sexual, esse tipo de problema está ligado a uma estereotipia sexual muito rígida estabelecida em nossa sociedade. “Menino tem de gostar de futebol, ser briguento etc., e menina, o oposto. As crianças que não agem conforme essa regra são classificadas como homossexuais, o que é um grande absurdo. Não dá para o educador saber o que acontece com uma criança individualmente, mas dá para ele lidar com o coletivo”, afirma Yara.

Sobre as conseqüências da nova Resolução do CFP, a avaliação da psicóloga é assertiva: “Uma ação como essa pode influir no atual estado das coisas e favorecer que as pessoas mais intolerantes reflitam sobre o assunto ou, ao menos, se sintam inibidas pela determinação de um órgão superior da sua categoria. Quem se sentia completamente à vontade para exercer seu preconceito, agora vai perceber que não está por conta própria”.

## Resolução CFP N° 01/99

“Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual”

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que o psicólogo é um profissional da saúde;

CONSIDERANDO que na prática profissional, independentemente da área em que esteja atuando, o psicólogo é frequentemente interpelado por questões ligadas à sexualidade;

CONSIDERANDO que a forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade;

CONSIDERANDO que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão;

CONSIDERANDO que há, na sociedade, uma inquietação em torno de práticas sexuais desviantes da norma estabelecida socioculturalmente;

CONSIDERANDO que a Psicologia pode e deve contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações;

RESOLVE:

Art. 1º – Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão, notadamente aqueles que disciplinam a não-

discriminação e a promoção e bem-estar das pessoas e da humanidade.

Art. 2º – Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.

Art. 3º – Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

Parágrafo único – Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.

Art. 4º – Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica.

Art. 5º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º – Revogam-se todas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de março de 1999.

Ana Mercês Bahia Bock  
Conselheira Presidente

Agência Argos



Drag Queens, Avenida Paulista, 1998

# AIDS

## A tragédia do preconceito

O preconceito tem seu preço. E não faz por mixaria. Hoje, a humanidade está sendo obrigada a encarar de frente o alto custo imposto pelos preconceitos difundidos pela mídia, no início dos anos 80, quando teve início a disseminação do vírus da Aids no planeta. Apelidada de "câncer gay" ou "peste gay", a doença encontrou no preconceito um esconderijo tão profícuo à sua propagação quanto os ardis que o HIV usa para se instalar nas células do corpo humano. Hoje, o vírus atinge o número assustador de 35.600.000 pessoas infectadas em todo o planeta, das quais 145.327 estão no Brasil e 70.211 em São Paulo (dados até 28 de novembro de 1998). A soma desses infectados, dos já mortos e dos altos investimentos necessários ao tratamento dos doentes dá a dimensão exata do preço que a humanidade teve de pagar pelo preconceito envolvendo a Aids. Algo talvez só comparável ao holocausto.

"É um exemplo clássico de como o preconceito pode ter conseqüências horrorosas. Todos os preconceituosos do mundo são culpados pela epidemia ter se expandido. Isso não podemos eliminar. Não que as pessoas sejam individualmente culpadas, mas chamo a atenção para o fato de que elas não ficaram impunes. Esse tipo de atitude tem conseqüências seríssimas. Milhares estariam vivos se não fosse essa vinculação entre Aids, homossexualidade e drogas. As pessoas acharam que não iriam correr riscos, que estavam imunes: 'Não sou gay, então não corro risco', comenta Vera Paiva, do Nepaids-USP.

A psicologia não ficou imune a essa visão equivocada. "Vários colegas meus incorporaram essa visão, e houve momentos em que ouvimos

pessoas defendendo a idéia de que os portadores do vírus tinham até uma psique diferente dos demais. Acreditou-se que a estrutura psicológica do portador do vírus seria diferente. Tudo isso era, na verdade, uma forma defensiva de elas não se sentirem obrigadas a atender os portadores de HIV, uma forma de racionalizar o próprio preconceito, muitas vezes usando a ciência como álibi", analisa.

Vera recorda que começou a trabalhar com a Aids por causa dessa discriminação. "Eu tinha amigos portadores do vírus, e eles começaram a morrer. Ligavam para pedir aconselhamento a psicólogos, que se omitiam. Havia um pânico da contaminação." Ainda hoje, é comum que se confunda o doente com a doença. Vera atenta para o fato de que as pessoas não se referem a alguém com diabetes pela doença, dizendo por exemplo: "Lá vai um diabético". No entanto, não é difícil que o portador de HIV seja apontado como "aidético", uma forma evidente de discriminação, como a que até recentemente ocorria com os portadores de tuberculose ou de hanseníase (a lepra). Na psicologia, essa distorção ganha contornos mais graves: "As maiores reclamações sobre terapeutas que escuto de portadores do vírus é de que eles deixam de olhar o paciente como pessoa e passam a olhá-lo como se a doença prevalecesse. O portador passa a ser tomado pela parte, passa a ser o vírus".

Atualmente, as tendências observadas pela Coordenação Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e Aids, do Ministério da Saú-

### Distribuição dos casos de Aids, segundo a categoria de exposição

BRASIL 1980 - 1998\*

	Masc.	Fem.
<b>Sexual</b>	<b>60.643</b>	<b>15.554</b>
Homossexual	29.230	-
Bissexual	15.258	-
Heterossexual	16.155	15.554
<b>Sangüínea</b>	<b>26.618</b>	<b>7.063</b>
UDI	23.708	5.495
Hemofílico	1.028	-
Transfusão	1.882	1.568
<b>Perinatal</b>	<b>1.922</b>	<b>2.003</b>
<b>Ignorado</b>	<b>23.218</b>	<b>8.306</b>
<b>Total</b>	<b>112.401</b>	<b>32.926</b>

### Total dos casos de Aids por faixa etária e sexo Brasil 1980-1998\*

Faixa etária	Masc.	Fem.
<b>Menores de 13 anos</b>	<b>2.584</b>	<b>2.355</b>
<b>13 a 49 anos</b>	<b>101.469</b>	<b>28.211</b>
<b>Maiores de 50 anos</b>	<b>7.964</b>	<b>2.285</b>

(\*) 1998 (Dados preliminares até 28/11).

Fonte: CN de DST/Aids do MS

de, apontam para quatro processos, no que diz respeito à evolução da epidemia do HIV: feminilização (aumento do número de casos entre mulheres); interiorização (aumento do número de casos fora dos grandes centros urbanos); heterossexualização (aumento do número de casos por transmissão nas relações heterossexuais) e pauperização (aumento do número de casos em populações em situação de pobreza). Embora permaneça a prevalência da Aids em homossexuais - isto é, o número de casos acumulados desde o início da epidemia ainda é elevado -, não se observa mais uma incidência (número de casos novos) significativamente alta nesse grupo.

No entanto, o preconceito em relação ao portador de HIV ainda é um problema a ser enfrentado pela sociedade. A Aids, por si só, suscita reações negativas, tanto maiores quanto menor for o nível de esclarecimento da pessoa sobre a doença. Uma estratégia impor-

tante no controle da epidemia tem sido a promoção dos direitos humanos do portador de HIV. "Na realidade, o portador de HIV sempre pôde, em tese, estar inserido na sociedade, pelo menos até o momento em que a doença se instalasse", observa Carlos Passarelli, da Coordenação Nacional de DST/Aids, do Ministério da Saúde. Hoje, com a terapia anti-retroviral (o coquetel), consegue-se prevenir consideravelmente o aparecimento de infecções oportunistas. Mas, no caso da Aids, é preciso sempre considerar que não é só o vírus que propicia a instalação das doenças. Seu aliado de sempre, o preconceito, continua fazendo vítimas. "O estado emocional e a forma como a pessoa é aceita no meio daqueles com os quais vive interferem na produção de saúde ou doença no indivíduo", alerta Passarelli. Nesse ponto, a história volta ao seu começo: o preconceito continua contribuindo para o aumento dos números das estatísticas.

# A imagem do racismo no Brasil é o negro

*Psicóloga social pesquisadora da USP, diretora do Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Diversidade, Ceert, e educadora especializada na área de relações raciais, Maria Aparecida Silva Bento acaba de lançar o livro "Cidadania em Preto e Branco – Discutindo as Relações Raciais", pela Ática. Nesta entrevista, ela fala das dificuldades que o Brasil tem em enfrentar o problema da discriminação racial contra o negro, dissimulado nos relacionamentos mas evidenciado pelas pesquisas.*

**Jornal do CRP** – *Apesar do senso comum pregar o contrário, o preconceito contra o negro prevalece no Brasil?*

**Maria Aparecida Silva Bento** – O negro é alvo de discriminação racial no Brasil porque negam-se a ele emprego, moradia etc. Em qualquer lugar do país, segundo o IBGE, a média do salário do branco é duas vezes maior do que a do negro. Também temos duas vezes mais analfabetos negros do que brancos. Isso se torna ainda mais grave quando se constata que negros e mestiços são 44% da população nacional e que há Estados, como a Bahia, em que os negros são a maioria da população. O complicador é que as pessoas, no Brasil, têm muita dificuldade de lidar com a temática racial; é uma temática marginal. Recentemente nos reunimos com empresas de capital norte-americano que desenvolvem programas de diversidade no Brasil, e seus dirigentes tinham dificuldade em falar a palavra negro. Quando se fala em diversidade, as pessoas querem focar o problema das mulheres ou dos portadores de deficiência. Dirigentes sindicais, sejam da CUT ou da Força Sindical, ou mesmo dirigentes governamentais ou empregadores, todos têm uma dificuldade muito grande de lidar com a temática. A primeira tendência é relativizar: "Somos todos alvo de preconceitos, então vamos todos lutar contra a discriminação". No entanto, se falamos de racismo no Brasil, a primeira imagem que vem à cabeça de qualquer pessoa é a do negro. As pessoas tendem a fugir porque sabem do peso que tem o preconceito contra o negro, que não é o mesmo, por exemplo, que existe contra grupos imigrantes. Há alguns anos, houve uma reportagem num jornal em que um chefe de polícia de São Paulo afirmava que não existe um suspeito, mas sim situações de suspeição. E citava que um carro com quatro negros é uma situação de suspeição. Mas se hoje pegarmos os meios de comunicação mais destacados do país, como o Jornal Nacional ou a Folha de S. Paulo, vamos ver que eles mostram um grande número de bandidões, em maioria brancos. Criminoso não tem cor. Quando se criticam os políticos e banqueiros corruptos, ninguém diz: "Esses brancos ladrões". Mas se fossem três negros, eles seriam discriminados.

**Jornal** – *Você poderia definir com detalhe o conceito de "diversidade"?*

**Aparecida** – O conceito de diversidade normalmente tem sido usado para definir programas implementados em instituições que visam ampliar o perfil do sujeito que ocupa funções de decisão, normalmente restritas a homens brancos, jovens ou de meia idade. Tudo o mais além disso compõe o que chamamos de diversidade: o idoso, pessoas com orientação sexual diversa da maioria, negros, mulheres etc. Se pegarmos as principais instituições e empresas em diferentes sociedades – mas em particular no Brasil –, sempre vamos encontrar, majoritariamente, esse perfil padrão. O conceito de diversidade pretende ampliar esse universo, eliminando as desigualdades.

**Jornal** – *De que maneira o racismo contra o negro no Brasil diverge do que existe nos EUA, por exemplo?*

**Aparecida** – Estive recentemente nos EUA e na África do Sul representando o Brasil, num bloco de conferências chamado "Superando o Racismo para o Ano 2000", e pude ver como é diferente a maneira como o racismo está colocado nesses países. Me espantou como os brancos de lá falam sobre racismo, coisa que aqui não se vê. No Brasil, é até falta de educação tocar no assunto. Considera-se mal-educado alguém que chame um negro de negro. Diz-se, polidamente: "Aquele moreninho ali". Ou então: "Não, você não é negra, imagine. Você é morena". Nesses países, ninguém nega que há um problema racial. No Brasil, o racismo é

dissimulado. Quando se isola e separa, como lá, as coisas ficam mais claras. Aqui, esse assunto é uma ferida aberta.

**Jornal** – *O que é melhor para o avanço do movimento negro: que haja mais sectarismo racial e com isso também uma consciência e uma luta maior por direitos, ou um racismo dissimulado à brasileira?*

**Aparecida** – É difícil dizer. Acho que o Brasil poderia de fato conseguir vir a ser um paraíso das relações raciais, como disse o Gilberto Freire tempos atrás. A ausência do ódio racial é um dado importante, que não podemos negar. Mesmo quando olho para os EUA e penso nas conquistas dos negros, ou na África do Sul, e vejo a importância da luta que fez do Mandela um presidente negro, também percebo que há um ódio racial muito grande lá. Isso não quer dizer que não haja nenhum ódio racial aqui. Há estudos que mostram que certos crimes contra negros são mais violentos, como se naquele momento o criminoso liberasse uma raiva extra. Mas há também uma relação amistosa que me faz acreditar que poderíamos, de alguma maneira, desenvolver um caminho para uma sociedade racialmente mais democrática e igualitária. Confesso que tenho dificuldade em decidir que ca-

minho é melhor, mas acho que a explicitação da discriminação racial no Brasil é fundamental para mudarmos a situação atual.

**Jornal** – *A raiz disso tudo está, evidentemente, em nossa história: o escravagismo vigorou no país até o fim do século passado.*

**Aparecida** – O país vai completar 500 anos e parece, aos olhos das pessoas, que não tivemos 400 anos de escravidão. Faz apenas 111 anos que não estamos mais sob a égide da escravidão. Gosto muito de um texto do Freud em que ele afirma que nada que foi vivido e não foi devidamente simbolizado desaparece. Se as gerações precedentes puseram o problema debaixo do tapete, aquilo vai voltar até que sejamos capazes de simbolizá-lo devidamente. Diz-se que a Alemanha não expurgou o fantasma do nazismo e, por isso, ele volta permanentemente. E veja que lá já houve o Tribunal de Nuremberg e tantas outras coisas. No Brasil, muito pouco tem sido feito sobre o racismo contra o negro. Tivemos figuras como o Ruy Barbosa, que queimou documentação para não ter que indenizar, dar terra a negros. Esse mesmo tipo de postura se reproduz na nossa elite, até hoje. Não querem pagar suas dívidas, perpetuam a apropriação indébita, a impunidade.

**Jornal** – *Apesar de tudo, parece que o negro brasileiro, em vez de revolta, acaba cultivando uma espécie de autodiscriminação.*

**Aparecida** – Na escola, o meu filho, assim como o filho de um branco, aprende que é bom ser branco e ruim ser negro. Nos livros didáticos, o negro não aparece. Meu filho tem 17 anos e sempre detestou as aulas de história, mesmo quando o professor não era racista. Ele dizia: “Mãe, quando aparece o negro ele é escravo e, na hora do lanche, me chamam de descendente de escravos”. Ele não queria mais ir a essas aulas. Ensinei para ele que quem tinha que ter vergonha não era ele, mas quem descendia de escravocratas. Veja que todo tipo de comunicação apresenta o branco como mais bonito. E mostram isso não apenas para os brancos, mas para os negros também. Isso cala dentro de todos nós.

Além disso, ensinamos para negros e brancos que na sociedade brasileira não existe preconceito. É confortável para uma criança negra ouvir isso. Ela joga o problema para algum lugar, até não poder mais evitá-lo. O fato é que o preconceito distorce a identidade dos negros, mas também a dos brancos. As crianças brancas têm uma imagem distorcida de si próprias, porque aprendem

que nos outros lugares. O branco gosta do samba, da feijoada, do pagode, das escolas de samba. O que o branco não quer é abrir mão do espaço político e econômico. Onde há poder, dinheiro e prestígio, o negro não entra. O espaço para o negro está restrito ao esporte, à arte, à beleza física.

**Jornal** – *E na formação superior, o espaço para o negro cresceu?*

**Aparecida** – Não. É ainda muito pequeno. Uma pessoa branca tem sete vezes mais chances de terminar um curso superior do que um negro. O maior número de negros que consegue concluir curso superior está na área de humanas. Dentre as profissões, pode-se dizer que a psicologia tem um razoável número de negros. É difícil conviver com um déficit educacional cumulativo de anos. Às vezes eu observo um grupo negro e comparo com um grupo branco, por exemplo, em relação às exigências do mundo do trabalho e fico extremamente angustiada. Hoje os brancos têm que correr para acompanhar o ritmo do avanço da tecnologia e da globalização.

Como fazer com

o grupo negro, que mal tem acesso às formações básicas? Mas a exclusão social junto com a consciência racial é um fator explosivo. É urgente um alerta sobre isso: 75% dos conflitos, hoje, são religiosos ou étnicos.

Se o Brasil quiser atingir o paraíso social do Gilberto Freire e evitar grandes explosões, terá que caminhar rapidamente com relação ao problema do negro. O rap é hoje um movimento cada vez mais forte nas periferias das grandes cidades. O jovem negro está cada vez mais consciente de que a cor da sua pele pesa na sua exclusão.

**Jornal** – *Há um movimento negro forte no Brasil?*

dem que até na África o herói é Tarzã, um branco. Sempre se chamou a atenção para o problema da criança negra, que fica com a auto-estima prejudicada, não se assume enquanto negra e tal. Mas, nos últimos anos, pesquisadores têm chamado a atenção para o fato de que crianças brancas acabam desenvolvendo uma relação ruim com o poder, e também cometendo determinados crimes, sempre em questões onde o que está em jogo é o poder. Por exemplo, o perfil do *serial killer* é sempre de um branco; são jovens brancos os que dirigem carros como se fossem donos das ruas; são eles que atiram em colegas nas escolas ou põem fogo em mendigos. Ao tratar a questão do racismo, não se deve focalizar apenas o problema do negro, mas das relações entre negros e brancos.

**Jornal** – *É possível notar que cada vez mais artistas negros têm espaço na mídia. Seria indício de que o racismo está diminuindo no Brasil?*

**Aparecida** – Tem um nicho cultural em que o negro foi sempre muito bem aceito no Brasil, o que é diferente dos outros países também. O branco compar-



A psicóloga Maria Aparecida Silva Bento

Agência Argos



**Aparecida** – Considero que sim. São mais de 700 entidades no país, e são muitas as nossas conquistas. Quando os meios de comunicação começam a introduzir negros em comerciais, isso é resultado de muita pressão. Houve muitos processos contra a Globo por conta de racismo nas novelas, contra músicas racistas etc. Isso não vem muito a público, porque o Brasil continua querendo passar a imagem de que o conflito racial não existe. De fato, o movimento dos negros não é um movimento de massas no Brasil. Mas, hoje, o único movimento de massa que se pode ver no país é o dos sem-terra. Quando se fala de movimento de mulheres, por exemplo, é sempre uma elite que vai puxando. O caminho é abrir a discussão e dar o devido peso ao assunto. Vamos ter desconfortos de ambos os lados. Porque também muitos negros sentem desconforto em tocar no assunto. Você só assume efetivamente que é negro apenas quando pode arcar com o peso dessa diferença. Mas têm crescido muito o número de denúncias e o orgulho racial. Hoje vemos muito mais os negros com penteados afro, temos revistas voltadas só para negros... Acho que o Brasil demorou para mudar, mas vai mudar rapidamente, com os meios de comunicação como estão hoje e mesmo pelo perfil do branco brasileiro, que tem dificuldade de explicitar seu preconceito. Isso acaba gerando espaço para que a questão racial avance.

**Jornal** – *De que forma a psicologia pode contribuir para a redução do racismo?*

**Aparecida** – Os psicólogos precisam rapidamente entrar em contato com esse problema, porque os conceitos com os quais trabalhamos aqui no Brasil, como capacidades e habilidades, estão ancorados em relações raciais – como mostra a pesquisadora Maria Helena Souza Pato. Quando se estabeleceram critérios psicológicos para definir os perfis do criminoso, do incompetente, o perfil do negro está colocado como o exemplo do sujeito que tem menor inteligência e capacidade, com problemas de caráter. A história da psicologia está muito mesclada com isso, tem um forte viés racial. Os manicômios surgem justamente com a abolição da escravatura e eram povoados por negros.

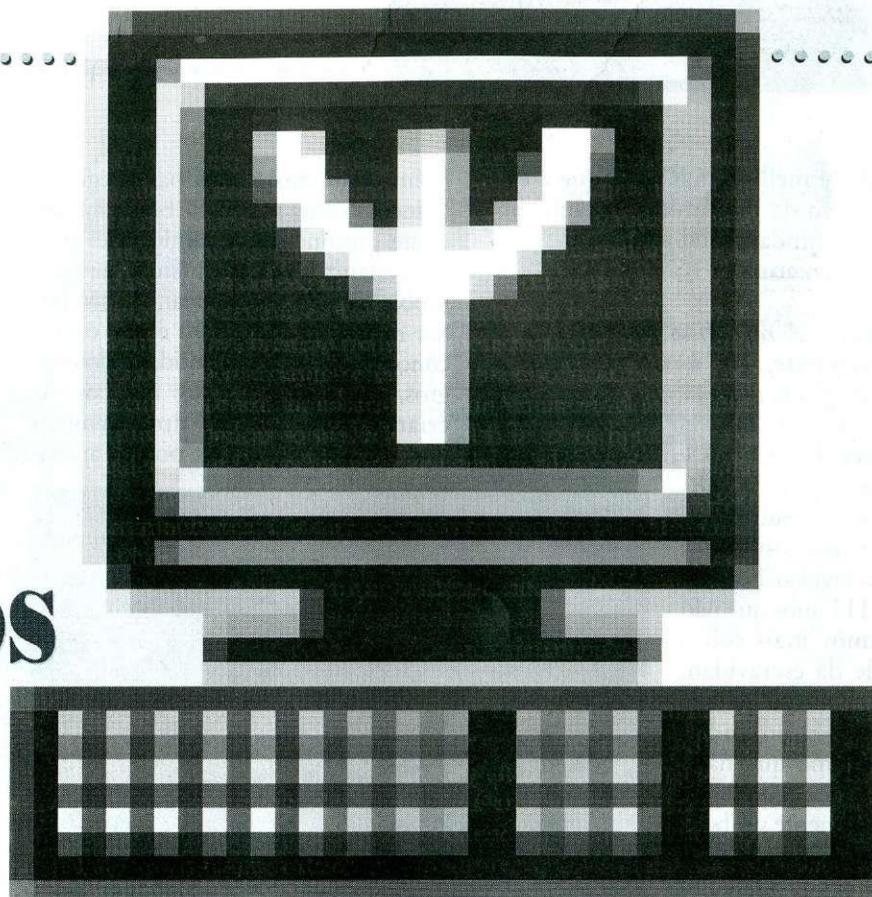
## RENDIMENTO MÉDIO EM SALÁRIOS MÍNIMOS

Brasil - 1990

Homens Brancos	6,3
Mulheres Brancas	3,6
Homens Negros	2,9
Mulheres Negras	1,7

Fonte: Mapa do mercado de trabalho. IBGE, 1994.

# Cidadania, psicologia e direitos humanos na Internet



Nesta edição, falaremos um pouco sobre listas de discussão de psicologia e, em seguida, daremos sugestões de alguns sites na Internet que promovem a cidadania e, dessa forma, ajudam a diminuir preconceitos na sociedade.

## COMO PARTICIPAR DE LISTAS DE DISCUSSÃO

Para participar de uma lista de discussão, é preciso selecionar uma área que seja de seu interesse e encontrar uma comunidade virtual envolvida com essa área. Numa lista, cada mensagem é enviada a todos os outros participantes. Você não precisa necessariamente enviar mensagens e pode ficar somente lendo as informações. Mas a troca que ocorre quando você envia uma mensagem é muito mais rica.

O CRP está montando uma lista de psicologia para troca de informações, divulgação de eventos e congressos, debates e o que mais for interessante para a profissão. Para se inscrever, acesse a página [www.onelist.com/subscribe/forum-psicologia](http://www.onelist.com/subscribe/forum-psicologia).

## Outras listas interessantes:

Fórum de Debates de RH

[www.quattro.com.br/forumrh/](http://www.quattro.com.br/forumrh/)

Lista sobre psicanálise lacaniana: veja no link [www.egroups.com/group/network-forums/info.html](http://www.egroups.com/group/network-forums/info.html)

Lista sobre psicologia da religião: veja no link [www.onelist.com/subscribe/williamjames](http://www.onelist.com/subscribe/williamjames)

Lista sobre psicologia cognitiva [majordomo@listas.usp.br](mailto:majordomo@listas.usp.br). Envie men-

sagem contendo o texto: *subscribe cognitiv-l*

Algumas home-pages de psicologia:

Redepsi – [www.redepsi.com.br](http://www.redepsi.com.br)

Carl Gustav Jung – [www.roadnet.com.br/jung](http://www.roadnet.com.br/jung)

Piaget e Vygotsky – [www.ufrgs.br/faced/slomp](http://www.ufrgs.br/faced/slomp)

Sexualidade – <http://sites.uol.com.br/cepcos>

## SITES SOBRE CIDADANIA

Existem vários sites relacionados a áreas acadêmicas ou a ONGs, onde você pode se informar sobre direitos humanos e como combater diversos tipos de preconceito:

## Rede de informação sobre bioética feminista e anti-racista:

[www.culturabrasil.art.br/rib/](http://www.culturabrasil.art.br/rib/)

Nesse site, a médica e pesquisadora Fátima Oliveira reflete sobre os comportamentos éticos na área de biociências. Em vários boletins informativos, discorre com propriedade sobre temas polêmicos, como a intervenção da biotecnologia na nossa vida cotidiana, o racismo nos experimentos científicos, o sexismo no discurso científico, bem como trata de temas contemporâneos, como a questão dos alimentos transgênicos e os limites da experimentação em seres humanos, saúde e direitos reprodutivos (concepção, contracepção, esterilização, aborto, infertilidade e novas tecnologias reprodutivas conceptivas), saúde e direitos sexuais, saúde pública, transplantes, doentes terminais, eutanásia e manipulações genéticas.

## Geerge – Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero – UFRGS

[www.ufrgs.br/faced/geerge/](http://www.ufrgs.br/faced/geerge/)

O Geerge constitui-se num grupo ligado ao programa de Pós-graduação em Educação da UFRGS, que se dedica ao aprofundamento de estudos teórico-metodológicos sobre gênero em suas inter-relações com a educação. As análises são expandidas, envolvendo também as dimensões da sexualidade, da etnia e da classe social. Participa a professora Guacira Lopes Louro, autora do livro “Gênero, Sexualidade e Educação”, da editora Vozes, 1998. O site inclui vários links relacionados a áreas de sexualidade e gênero.

## Amamentação Online

Site que discute a questão da amamentação sob uma ótica progressista. Promovido pela ONG Grupo Origem. Clique no link Educando as Meninas para obter dicas de como propiciar uma educação não-sexista aos seus filhos.

[www.aleitamento.org.br](http://www.aleitamento.org.br)

## Geledés

Com um site muito bonito, localizado em [www.geledes.com.br/](http://www.geledes.com.br/), o Geledés é uma ONG inspirada em uma antiga tradição iorubá, que combate o racismo e a discriminação racial juridicamente, promove a conscientização contra a violência de um modo geral (sexual, motivada por discriminação racial ou de classe), promove a prevenção da aids e tem um interessante projeto entre jovens *rappers* (homens e mulhe-

res), utilizando a música para promover a conscientização e a participação política entre a juventude negra.

## Cultura Afro-brasileira

Centro de Cultura Afro Brasileira Congada – Convite à Cidadania:

[www.intermidia.icmc.sc.usp.br/~congada/](http://www.intermidia.icmc.sc.usp.br/~congada/)

Essa é uma entidade da cidade de São Carlos, com foco na cultura, saúde, educação e política. Conta com uma biblioteca que tem a finalidade de auxiliar as pessoas no estudo das culturas afro-brasileiras.

## Homossexuais

Informe-se melhor sobre a identidade homossexual no site criado pelo ativista de direitos humanos e sociólogo Roberto Luiz Warken (home page pessoal em [www.fastlane.com.br/~robertow](http://www.fastlane.com.br/~robertow)). Inclui fórum acadêmico que convida à participação de profissionais de psicologia e áreas afins, com textos sobre educação sexual e vários outros materiais. Acesse em [www.glssite.net](http://www.glssite.net). No site, há também um link em que diversos profissionais procuram empregos em que não sofram discriminação: [www.glssite.net/works2.htm](http://www.glssite.net/works2.htm).

Na próxima edição, divulgaremos outras dicas de listas e de sites. Envie sua sugestão!

Elisa Sayeg

[cyborg@uol.com.br](mailto:cyborg@uol.com.br)

<http://sites.uol.com.br/cyborg>

<http://sites.uol.com.br/citizen>



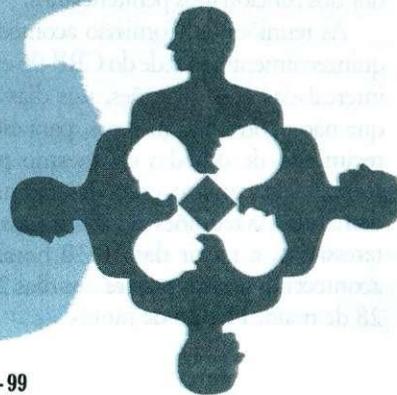
# Psicólogos de recursos humanos buscam uma nova identidade

Nenhuma área da psicologia passou por transformações tão profundas, durante esta década, como a que se dedica ao setor de Recursos Humanos. Afetado, de um lado, pela automação e pela crise econômica que mudaram o perfil do emprego e, de outro, pelos novos métodos administrativos — por exemplo, a terceirização —, o setor de Recursos Humanos vive uma mutação sem precedentes. Como resultado, o psicólogo que optou por essa especialidade acabou perdendo espaço e vive hoje uma crise de identidade. “Existe um mercado até mesmo promissor para o psicólogo nas organizações, mas ele ainda não está claramente definido. É verdade que a terceirização dos serviços, incluindo aí a própria psicologia, é uma etapa na qual entramos. Mas penso que, no futuro, a tendência será de o psicólogo voltar-se para dentro das empresas, porque nada como viver o cotidiano para entender onde estão os problemas”, avalia a psicóloga Marilda Castelar, coordenadora da Comissão de Recursos Humanos do CRP-SP.

Criada recentemente, a Comissão de RH tem como meta de trabalho inicial identificar os problemas enfrentados pelos profissionais da área e propor alternativas (leia quadro ao lado). Historicamente, a psicologia entrou nas empresas pela porta da seleção e avaliação de pessoal. Contudo, os instrumentos de avaliação psicológica utilizados nesse trabalho, quase todos desenvolvidos nas décadas de 40 e 50, “tornaram-se defasados e deturpados, na medida em que muitas de suas respostas foram popularizadas”, informa Marilda. Alguns dos testes ainda utilizados são o Wartegg, Zulliger, Rorschach, empregados para avaliação de personalidade. Mas a tendência maior é o emprego de instrumentos não padronizados.

São instrumentos válidos, mas a maioria não se ajusta mais à realidade de trabalho. O ser humano evoluiu. Os estímulos a que somos expostos no cotidiano são outros, portanto nossa resposta também deve ser outra.

Com a substituição gradativa dos testes psicológicos por instrumentos subjetivos de avaliação, como as dinâmicas de grupo ou pela velha e sempre boa entrevista, qualquer profissional pode, atual-



mente, trabalhar em seleção de RH. Além disso, o cidadão brasileiro conquistou direitos constitucionais que lhe reservam a prerrogativa de não ser obrigado a se submeter a avaliações fora do seu interesse: “Um candidato a um emprego não precisa se submeter a uma bateria de testes. Antes, isso nem sequer era questionado. Outro direito que ele tem é o de saber o resultado da avaliação, isto é, de ter entrevista devolutiva, mas poucos são os profissionais que se preocupam com isso”.

São diversos, como se vê, os fatores que influenciaram na mudança dos métodos de seleção de pessoal. Mas o resultado tem sido sempre a redução progressiva do papel do psicólogo nessa área de trabalho, levando à terceirização dos serviços de seleção através de consultorias, ao desemprego ou à subutilização dos psicólogos que ainda permanecem nas empresas. “Eles ficam à mercê de uma avalanche de assuntos raramente pertinentes à psicologia. Isso acontece porque a contribuição que a psicologia pode dar às organizações está pouco clara. É possível, por exemplo, visualizar a contribuição de um profissional de administração, mas o psicólogo perdeu sua identidade e chega ao cúmulo de se identificar apenas como profissional de RH”, comenta a coordenadora do CRP-SP.

Trata-se de um mercado em crise, mas nem por isso fechado definitivamente para a psicologia: “Precisamos ter um produto bem definido para oferecer. O psicólogo precisa sair da seleção de RH, ou de seus papéis compartimentalizados, e trabalhar mais na saúde do trabalhador. Temos um grande campo de atuação em treinamento e desenvolvimento; nas organizações está tudo por fazer nesse sentido. Quando se fala em desenvolvimento, de forma indireta está-se falando em qualidade, na busca da mudança da cultura organizacional, enfim, no desenvolvimento do ser humano como um todo. Estamos passando por uma transição imensa, envolvendo a mudança de todos os papéis sociais, e o papel do psicólogo que atua nas organizações precisa ser bem definido”. O principal problema neste momento, para Marilda, é conseguir que o psicólogo encontre novamente, dentro desse vasto universo, sua identidade.

# Comissão abre-se à participação direta dos profissionais

Há muito tempo, os profissionais de RH vinham reivindicando do CRP-SP uma atuação específica em sua área. Foi justamente a constatação dessa demanda que levou o Conselho à recente criação da Comissão de Recursos Humanos, atendendo também à proposta da nova gestão de abrir o órgão à participação dos profissionais. Como ponto de partida, a Comissão decidiu fazer uma convocação geral, enviando 1.700 cartas a psicólogos com atuação em RH da cidade São Paulo e Região do ABC. Desses, 60 manifestaram interesse em participar, metade dos quais efetivamente compareceu à primeira reunião, realizada no último dia 15 de abril.

Nesse contato inicial, os psicólogos

expuseram suas expectativas em relação ao Conselho e responderam a um questionário básico, informando sobre as questões de RH nas quais gostariam de se engajar. A adesão foi integral. Decidiu-se, então, que a Comissão se reunirá uma vez por mês e, entre um encontro e outro, os trabalhos serão desenvolvidos em subgrupos, fazendo interface com algumas das comissões já existentes no CRP-SP.

Sobre os problemas enfrentados no mercado, constatou-se que a maioria dos profissionais está trabalhando de forma terceirizada, em consultorias, ou está subempregada. Por sua vez, os que estão dentro das empresas vivem momentos de crise com as organizações, por estarem subutilizados. Os problemas são muitos, mas o CRP-SP aposta

na união. "Juntos podemos encontrar saídas. Basta ver que os participantes demonstraram grande interesse, inclusive oferecendo disponibilidade de tempo para atuar", avalia Marilda Castelar. As portas estão abertas a quem mais quiser participar. Basta entrar em contato com o CRP-SP.

A princípio, foram criadas as

subcomissões: Papel do Psicólogo em RH, Centro de Orientação, Ensino e Formação, Avaliação Psicológica, Saúde do Trabalhador e Diversidade.

Próxima reunião: dia 27 de maio, na Rua Arruda Alvim, 89, São Paulo, às 19:00 horas.

## O psicólogo em instituições jurídicas e penitenciárias

Tem-se observado, nos últimos anos, a ampliação profissional do psicólogo em instituições judiciais e penitenciárias, com a abertura de inúmeras vagas através de concursos públicos e também do aproveitamento de outros profissionais que aí prestam serviços (perícias, consultorias e pareceres). Se por um lado isso é extremamente positivo, indicando um aumento do interesse por parte do poder público e da sociedade pelos serviços da psicologia nessas áreas, por outro lado preocupa entender como está sendo efetuado o exercício profissional nesses ambientes, onde é notória a "exclusão" de cidadãos. Sabe-se, por exemplo, da dificuldade em se elaborar laudos e pareceres psicológicos.

A formação do psicólogo carece ainda de material específico sobre a atuação nessas instituições. Se os cursos superiores não se voltam para essas questões, o psicólogo que, após concurso público, recebe nomeação para essas áreas só vai encontrar respaldo técnico no Tribunal de Justiça, com um curso preparatório ao exercício profissional. No sistema penitenciário, o psicólogo se imbuí de suas funções com a leitura de livros e textos pré-selecionados e que são a base para o concurso.

Foi pensando nas questões técnicas e éticas que permeiam essa atividade que a

atual gestão do CRP-06 está sistematizando o estudo e o acompanhamento dessas demandas através da recém-criada Comissão de Justiça. A Comissão, que vem se reunindo sistematicamente, encampou no momento a discussão dos chamados "plantões da sala de visita", realizados por psicólogos e assistentes sociais das diversas varas da Infância, Juventude e Família de São Paulo, e discute ainda a participação do CRP-06 no Congresso Ibero-americano de Psicologia Jurídica, a ser realizado entre os dias 24 e 27 de agosto deste ano, na Universidade Mackenzie, em São Paulo. Buscando ampliar o leque de discussão, a Comissão tem encontrado parceiros importantes no Sedes Sapientiae e no Centro de Estudos e Atendimento Relativo ao Abuso Sexual, Cearas, e através da Academia Penitenciária, Acadepen, órgão formador dos funcionários penitenciários.

As reuniões da Comissão acontecem quinzenalmente, na sede do CRP-06 e são intercaladas com plantões, nos dias em que não ocorrem as mesmas, para esclarecimento de dúvidas ou mesmo para tomada de contato com determinada demanda. As reuniões são abertas aos interessados, a partir das 10:30 horas, e acontecerão neste semestre nos dias 21 e 28 de maio, 11 e 25 de junho.



## Cursos, prêmios etc...

• **Desvendando a Sexualidade Feminina.** Oficina de desenvolvimento pessoal para mulheres que querem descobrir mais a respeito de sua sexualidade. Coordenação de Aparecida Vanini Favorêto e Vera Lucia Vaccari. De 19 a 20 de junho, no Instituto Paulista de Sexualidade. Tel.: (011) 3667-9682, e-mail [verval@uol.com.br](mailto:verval@uol.com.br).

• **Seminário com Alfredo Jarusalinky.** De 17/5 a 22/11. Sempre às 14 horas, uma palestra por mês sobre temas específicos. Instituto de Psicologia da USP, na Cidade Universitária, São Paulo, SP. Taxa: R\$ 10,00 por seminário. Informações: (011) 818-4386/4475.

• **Evento: O Lugar do Discurso Parental na Análise com Crianças.** Coordenação de Mira Wajntal. Dia 12 de junho. Centro de Estudos Psicanalíticos, CEP. Inscrições pelo tel. (011) 864-2330 e 3865-0017.

• **Compreendendo a Deficiência Visual e Múltipla.** Professora Marilda Moraes Garcia Bruno. Reflexão prática, aulas expositivas, vivências, avaliação e elaboração de programa. De 9 a 13 de junho, 30 horas. Trinta vagas. R\$ 300,00. No Grupo de Reabilitação e Habilitação Unificado, Grhau. Tel. (011) 575-7259, e-mail [grhau@homeshopping.com.br](mailto:grhau@homeshopping.com.br).

• **II Prêmio Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar.** Promovido pelo Fundo de Aperfeiçoamento e Pesquisa da SBPH. Premia os melhores trabalhos científicos realizados por psicólogos ou estudantes de Psicologia em instituições hospitalares. Inscrições até 9/6. Informações: (011) 573-9688, 539-0220, (091) 243-4233. Internet: [www.pieron.com.br](http://www.pieron.com.br).

• **Ciclo de Debates: A Clínica Conta Histórias.** Organização de Lucia Barbero Fuks e Flávio Carvalho Ferraz. Um encontro por mês com dois debatedores comentando temas específicos, até novembro. Instituto Sedes Sapientiae, Depto. de Psicanálise. Tel.: (011) 3873-2314, r. 44.

• **Serviço de Encaminhamento e Atendimento Psicanalítico, Seap,** da Sociedade Psicanalítica de Campinas, SPCAMP. Rua Ibsem da Costa Manso, 64, Campinas. Informações: (019) 243-5038.

• **O Instituto Sedes Sapientiae estará com inscrições abertas a partir de 14 de junho para os cursos:** A Eutonia e o Corpo do Terapeuta, A Psicanálise e a Sociedade Contemporânea, A Relação Médico-Paciente – Uma Visão Psicanalítica, Abordagem Reichiana no Atendimento ao Ciclo Grávido Puerperal, Arte do Movimento, Arte: Ampliação do Campo da Consciência, Curso Introdutório de Arte Terapia, Fenomenologia, Experiência Estética e Criação na Formação de Psicólogos e Educadores, Introdução à Clínica Corporal com Crianças, Introdução ao Psicodiagnóstico do Pré-Adolescente e do Adolescente, Massagem com Base Reichiana, Movimento Expressivo e Psicologia Junguiana, Desenvolvimento do Raciocínio Clínico na Prática Psicoterapêutica, Psicodrama de Moreno e Psicologia Analítica de Jung, uma Visita Dirigida, Psicopatologia e Psicofarmacologia para Psicólogos e Profissionais Afins, Reich: Construindo a Clínica Corporal, Seminários sobre Foucault, Sonhos: Mensageiros do Self, Subjetividades Contemporâneas: Uma Aproximação do Pensamento de Deleuze e Guattari. Informações na secretaria: Rua Ministro Godoy, 1484, Perdizes, SP – CEP 05015-900 – telefone: 3873-2314, ramal 33 – <http://www.sedes.org.br>.



# São Paulo, capital dos estrangeiros

Numa época de tanta violência e exclusão, um livro que nos ajuda a tentar compreender um mecanismo social extremamente cruel: a segregação

Esse livro é uma coletânea dos trabalhos apresentados no Colóquio Internacional sobre o Estrangeiro, realizado pela PUC-SP em 1994, no aniversário da cidade de São Paulo. Como diz Koltai, no aniversário desta cidade de imigrantes. São Paulo é uma cidade tão cheia

de estrangeiros quanto cheia de guetos, guardando sempre em si um pedacinho desconhecido e misterioso a ser desvendado pelo outro. Cidade da diferença, nela encontramos ricos, pobres, miseráveis, negros, brancos, mestiços, judeus, católicos, protestantes e muitos mais.

Cidade estrangeira até aos próprios paulistanos; aliás, estrangeiro é o dife-

rente, e as diferenças podem ser marcadas de várias formas: pelo país de origem, pela cidade natal, pela cor, pela religião, pela classe social. Estrangeiro nos lembra aquele que não é familiar, aquele que é estranho... remetendo-nos ao conceito psicanalítico que nos ensina sobre o desconhecido que nos habita e nos confunde, na medida em que estranhamos o que foi um dia demasiadamente familiar: é o retorno do recalado. Às vezes, ele retorna na pior forma, através do preconceito, do racismo e da segregação. Estrangeiro, na proposta de Koltai, é um conceito limite entre o psicanalítico e o político.

O grande mérito desse livro, a meu ver, é demonstrar que a segregação é uma questão muito atual, é uma questão para o analista, pois a forma de lidar com nossa estrangeiridade vai definir nossa relação com o diferente. No entanto, a

segregação é também uma questão política e por isso atravessa fronteiras entre as diversas áreas. Esse livro traz a possibilidade de se lidar com o diferente, com os diversos discursos. Entre os autores, temos sociólogos, antropólogos, filósofos, jornalistas e psicanalistas do Brasil e de outros países. São eles: Luis Cláudio Figueiredo, Eugène Enriquez, Jacques Hassoun, Emilio Rodrigué, Ricardo Goldenberg, José Arbex Jr., Edgard de Assis Carvalho, Luis Carlos Menezes, Peter Pál Pelbart, Fernando Ulloa, Marcelo Viñar, Maria Cristina R. Magalhães, Neusa Santos Souza, Radmila Zygoris e a própria Caterina Koltai.

Vania Conselheiro Sequeira

Psicóloga clínica, mestranda em Psicologia Social na PUC-SP, coordena o Programa de Penas Alternativas à Prisão-SP e a Comissão de Direitos Humanos - CRP-06



O Estrangeiro, Organização de Caterina Koltai, 214 páginas, Editora Escuta/Fapesp.

## Chaves para uma iniciação a Freud e Jung

Consultar um livro com tamanho e formato de enciclopédia parece expediente pouco usual nesta era de CD-ROM. Porém, a Atheneu desafia essa nova ordem natural lançando "Chaves-Resumo", uma série sobre grandes autores iniciada pelas obras completas de Sigmund Freud e Carl G. Jung. Essas obras não se propõem a ser glossários terminológicos, apenas. No volume dedicado a Freud, temos uma compilação composta por sinopses ligadas aos conceitos psicanalíticos que se encontram na Edição

Standard de Freud editada por James Strachey. Naquele dedicado a Jung, também é feita uma compilação de resumos ligados aos artigos e ensaios do autor, como aparecem na Bollingen Series XX, publicada pela Princeton University Press.

Para os estudantes conscienciosos e experientes dos escritos e conceitos de ambos, Freud e Jung, haverá certas

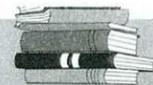
lacunas e áreas incompletas em algumas das sinopses. Em parte, devido às dificuldades em se resumir conceitos tão complexos, por conta da precisão lingüística e do significado e, em parte, por causa das solicitações e rigores de um projeto que estabelece para cada sinopse um máximo de 350 palavras.

Apesar dessas limitações, as "Chaves-Resumo", em sua forma atual, são de valor inestimável para as pessoas interessadas numa compreensão inicial dos conceitos principais da psicanálise e da psicologia analítica, vistos num contexto histórico, como foram desenvolvidos por Freud e Jung. Essas publicações serão gratificantes para os seguidores de ambas as correntes e também para os seguidores de outras correntes teóricas, como um instrumento de referência geral.

Kátia Rubio

Psicóloga, conselheira do CRP-SP

Sigmund Freud  
Chaves-Resumo  
das Obras Completas.  
Carl G. Jung  
Chaves-Resumo  
das Obras Completas.  
São Paulo,  
Editora Atheneu, 1998.



### Estante

• **A Potencialização do Capital Humano**, de Dirceu Moreira. O equilíbrio do capital intelectual e emocional nas empresas, escolas, instituições e outros. Makron Books.

• **A Eficiência na Deficiência**, de João Tomaz da Silva. História de uma bailarina portadora da síndrome de Down. Edição do autor, 99 páginas.

• **Comportamento Humano nas Organizações - O Homem Rumo ao Século XXI**, de Roberto Kannane. Editora Atlas, 2ª edição, 133 páginas.

• **Fragmentos de um Olhar Psicodramático**, de Sérgio Perazzo. Coletânea de artigos de um pensador do psicodrama brasileiro. Editora Ágora, 232 páginas.

• **Qualidade de Vida, Saúde Mental e Psicologia Social: Estudos Contemporâneos II**, de vários autores. Teoria e prática de qualidade

de vida do trabalho, ilustradas com estudos de casos. Editora Casa do Psicólogo.

• **A Construção do Eu na Modernidade**, de Pedro Luiz Ribeiro de Santi. Resumo do pensamento filosófico nos últimos 500 anos. Holos Editora.

• **Psicanálise e Educação**, de Leny Magalhães Mrech. Conceitos lacanianos para nova leitura da educação no Brasil. Editora Pioneira, 160 páginas.

• **Teatro Espontâneo e Psicodrama**, de Moisés Aguiar. Uma revisão dos conceitos psicodramáticos à luz das recentes pesquisas, enriquecidas pela experiência do autor. Editora Ágora, 224 páginas.

• **Dirigindo seu Automóvel - Programa de Habilitação para o Trânsito**, de Fernando Basile da Silva. Copola Editora, 246 páginas.

## Conselhos estudam implantação de Sistema Nacional de Cadastro

*Para acabar de vez com o problema da desatualização de cadastro, os Conselhos de Psicologia estão estruturando a implantação de um banco de dados nacional que, além de permitir uma abrangente coleta de dados da categoria, também incluirá informações qualitativas sobre o exercício profissional.*

A desatualização dos cadastros de profissionais tem sido um dos mais graves problemas enfrentados pelo sistema de Conselhos de Psicologia, em todo o Brasil. Em São Paulo, estima-se que cerca de 2 mil psicólogos não receberam seus boletos de anuidade referentes ao ano de 1999. Uma das causas desse problema é justamente a falta de atualização do cadastro, que deveria ser feita toda vez que o profissional mudasse de endereço. Com o cadastro desatualizado, o psicólogo prejudica a si mesmo, porque perde seu vínculo com o Conselho e deixa de receber o Jornal do CRP-SP e as demais correspondências que o órgão lhe envia regularmente.

Mas não é só a falta de atualização dos dados que preocupa os Conselhos. Também os próprios programas de cadastramento usados pelos regionais deverão passar por uma grande reformulação. Atualmente, cada Regional dispõe de seu próprio programa, estruturado com características locais na sistemática de coleta e estrutura operacional. Uma comissão formada por representantes do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais da Bahia, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e São Paulo está discutindo a criação de um Sistema Nacional de Cadastro, que permitirá a padronização das informações cadastrais e seu cruza-

mento em nível nacional. Além disso, o novo banco de dados será mais abrangente no universo das informações coletadas, incluindo dados de ordem qualitativa sobre os profissionais de psicologia – que atualmente somam mais de 100 mil em todo o Brasil.

“Queremos saber não apenas quantos somos e onde estamos, mas também quem somos, o que pensamos e quais nossos planos e desejos profissionais”, afirma Rogério Duran, diretor do CRP-SP e membro da Comissão. Com a implantação do novo banco de dados, será possível não apenas quantificar dados pontuais, como também estabelecer parâmetros para se verificar, por exemplo, o nível de formação alcançado pelos profissionais, as tendências de especialização e expectativas relativas ao mercado de trabalho. Ainda em fase embrionária, o Sistema Nacional de Cadastro desde já representa um avanço sem precedentes para a categoria, pois se constituirá numa fonte de dados de riqueza e desdobramentos inesgotáveis.

**Diga ao CRP onde você está; assim fica mais fácil a gente se falar**

*Se você mudou de endereço recentemente, recadastre-se no CRP-SP. Isso pode ser feito de forma descomplicada no site do Conselho ([www.crpssp.com.br](http://www.crpssp.com.br)), pelo tel. 574-7133 ou ainda pelo telefax 575-0857.*



### Agenda

#### JUNHO

- De 3 a 5 – 10º Aniversário da Companhia de Teatro Espontâneo. Promoção da Cia. de Teatro Espontâneo. Local: Hotel Quatro Estações, Indaiatuba, SP. Informações: (019) 258-4701, ou pela Internet: [www.net2100.com/sponte](http://www.net2100.com/sponte).
- De 3 a 6 – V Congresso Brasileiro de Psicoterapia Junguiana, XVI Jornada da Sociedade Paulista de Psicoterapia Analítica de Grupo, XI Jornada da Associação Brasileira de Medicina Psicossomática BA/JF. Tema central: A Consciência Grupal, para além dos Bodes Expiatórios. Local: Palace Hotel de Poços de Caldas, MG. Taxa de inscrição: R\$ 250,00. Informações: Textos & Idéias, (011) 867-0030, e-mail [textos@uol.com.br](mailto:textos@uol.com.br).
- De 10 a 13 – III Congresso de Psicanálise das Configurações Vinculares, II Encontro Paulista de Psiquiatria e Saúde Mental. Pré-Congresso Brasileiro e Pré-Encontro Luso-Brasileiro de Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupo. Promoção Núcleo de Estudos em Saúde Mental e Psicanálise das Configurações Vinculares, Nesme. Tema central: Universo sem Fronteiras, Existência sem Limites: Um Tempo de Pânico? Local: Grande Hotel Senac, em águas de São Pedro, SP. Taxas de inscrição entre R\$ 70,00 e R\$ 145,00, estadia à parte. Informações: Rua João Moura, 647/191 – 05412-911, SP. Tel.: (011) 282-1876 e 3871-4156.
- Dias 11 e 12 – II Seminário Reich no Sede Reich: A Afirmação do Corpo numa Prática Clínica e Política. Promoção: Instituto Sedes

- Sapientiae, Depto. Reichiano. Aberto a estudantes e profissionais. Taxa de inscrição: R\$ 25,00. Informações: tel. (011) 3873-2314, [sedes@ax.apc.org](mailto:sedes@ax.apc.org).
- Dia 14 – Palestra Costumes Sexuais Antigos, com o psicanalista Alessandro Ezabella. Promoção: Centro de Estudos e Pesquisas em Comportamento e Sexualidade, CEPCoS, das 18:30 às 20:00 horas. Inscrições com 15 dias de antecedência, taxa de R\$ 5,00. Local: Rua Traipu, 523, Perdizes, SP. Informações: tel. (011) 3662-3751, e-mail [cepcos@uol.com.br](mailto:cepcos@uol.com.br).
- Dia 26 – Simpósio Internacional de Atualização em Genética e Tratamento do Transtorno Obsessivo-Compulsivo. Promoção: Associação Brasileira de Síndrome de Tourette, Tiques e Transtorno Obsessivo-Compulsivo, Pró-Astoc. Local: Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas, FMUSP, 1º andar, anfiteatro. Informações: Rua Ovídio Pires de Campos, s/n, sala 4025, SP/SP, CEP 05403-010. Tel.: (011) 280-9198/0842.
- De 25 a 27 – IV Congresso Brasileiro de Neuropsicologia. Tema: O Término da Década do Cérebro: O que Aprendemos? Promoção da Sociedade Brasileira de Neuropsicologia. Local: Hotel Glória, Rio de Janeiro, RJ. Informações: tel. (021) 286-2846, fax (021) 537-9134; e-mail [neuropsico@jz.com.br](mailto:neuropsico@jz.com.br); site: [www.jz.com.br](http://www.jz.com.br).

#### JULHO

- Dias 3 e 4 – Congresso Brasileiro Multiprofissional em Diabetes e 4ª Exposição Brasi-

- leira de Produtos e Alimentos para Diabéticos. Promoção da Associação Nacional de Assistência ao Diabético. Local: Colégio Madre Cabrini, Rua Madre Cabrini, 36, Vila Mariana, SP. Horário: das 08:00 às 18:00 horas. Informações pelo telefax (011) 549-6704, tel. 572-6559, e-mail [anad@ruralsp.com.br](mailto:anad@ruralsp.com.br).
- Dia 12 – Palestra Educação Sexual Não Formal, com o antropólogo prof. dr. Mauro Cherobim. Promoção do Centro de Estudos e Pesquisas em Comportamento e Sexualidade, CEPCoS, das 18:30 às 20:00 horas. Inscrições com 15 dias de antecedência, taxa de R\$ 5,00. Local: Rua Traipu, 523, Perdizes, SP. Informações tel. (011) 3662-3751, e-mail [cepcos@uol.com.br](mailto:cepcos@uol.com.br).

#### AGOSTO

- Dia 9 – Palestra Sexualidade e Religião, com o educador Valeriano Casillas. Promoção do Centro de Estudos e Pesquisas em Comportamento e Sexualidade, CEPCoS, das 18:30 às 20:00 horas. Inscrições com 15 dias de antecedência, taxa de R\$ 5,00. Local: Rua Traipu, 523, Perdizes, SP. Informações: tel. (011) 3662-3751, e-mail [cepcos@uol.com.br](mailto:cepcos@uol.com.br).
- De 19 a 21 – II Congresso da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar. Promoção: SBPH. Local: Instituto de Ciências Biológicas, ICB, da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Pampulha, Belo Horizonte, MG. Apresentação de trabalhos: até 31/5. Informações: (031) 227-8544, fax (031) 227-1011, e-mail [mnasser@netland.com.br](mailto:mnasser@netland.com.br).

#### OUTUBRO

- De 8 a 12 – IV Congresso Nacional da Abordagem Gestáltica, VII Encontro Nacional de Gestalt Terapia. Realização do Instituto de Treinamento e Pesquisa em Gestalt Terapia de Goiânia. Local: Centro de Cultura e Convenções de Goiânia, GO. Informações: tel. (062) 241-9784. Site [www.netgo.com.br/itgt](http://www.netgo.com.br/itgt); e-mail: [itgt@netgo.com.br](mailto:itgt@netgo.com.br).
- De 20 a 23 – II Seminário Internacional de Ciências do Movimento Humano e IV Seminário Internacional de Psicologia do Exercício & Esporte. Promoção do Sobrepe e Faculdade de Ciências da Saúde do Inst. Porto Alegre. Idiomas oficiais: português e espanhol. Local: Porto Alegre, RS. Inscrições de temas até 7/8. Informações: e-mail [bennojr@voyager.com.br](mailto:bennojr@voyager.com.br), site [www.voyager.com.br/fisicas/bennojr/hp1.htm](http://www.voyager.com.br/fisicas/bennojr/hp1.htm).